



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
Av. São Sebastião, 2819, Parnaíba, Piauí, CEP 64.202-020
E-mail: ppgpsi@ufpi.edu.br

POLLYANNA NATHÉRCIA DE VASCONCELOS RODRIGUES

OS SENTIDOS DO TRABALHO E A SATISFAÇÃO DE
TRABALHADORES INFORMAIS: UM ESTUDO COM
VENDEDORES DE COMIDAS DE RUA NO CONTEXTO DA
PANDEMIA COVID-19 EM PARNAÍBA-PI

PARNAÍBA- PI

2023

POLLYANNA NATHÉRCIA DE VASCONCELOS RODRIGUES

**OS SENTIDOS DO TRABALHO E A SATISFAÇÃO DE
TRABALHADORES INFORMAIS: UM ESTUDO COM
VENDEDORES DE COMIDAS DE RUA NO CONTEXTO DA
PANDEMIA COVID-19 EM PARNAÍBA-PI.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito para a obtenção do título de mestra.

Área de Concentração: Psicologia/ Psicologia Social.
Linha de pesquisa: Processos psicossociais e sua avaliação em diferentes contextos.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Raquel Pereira Belo

PARNAÍBA – PI

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba
Biblioteca Central Prof. Cândido Athayde
Serviço de Processamento Técnico

R696s Rodrigues, Pollyanna Nathércia Vasconcelos.

Os sentidos do trabalho e a satisfação de trabalhadores informais: um estudo com vendedores de comidas de rua no contexto da pandemia COVID-19 em Parnaíba - PI [recurso eletrônico] Pollyanna Nathércia Vasconcelos Rodrigues. – 2023.

1 Arquivo em PDF.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2023.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Raquel Pereira Belo

1. Covid-19. 2. Trabalho Informal. 3. Sentidos do Trabalho. 4. Satisfação no Trabalho. I. Título.

CDD: 158.7

POLLYANNA NATHÉRCIA DE VASCONCELOS RODRIGUES

**OS SENTIDOS DO TRABALHO E A SATISFAÇÃO DE
TRABALHADORES INFORMAIS: UM ESTUDO COM
VENDEDORES DE COMIDAS DE RUA NO CONTEXTO
DA PANDEMIA COVID-19 EM PARNAÍBA-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito para a obtenção do título de mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Pereira Belo

Aprovada em 23/01/2023

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 RAQUEL PEREIRA BELO
Data: 24/01/2023 12:30:38-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Raquel Pereira Belo – UFDFPar
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 LUDGLEYDSON FERNANDES DE ARAUJO
Data: 25/01/2023 08:46:02-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Ludgleydson Fernandes de Araujo – UFDFPar
(Avaliador Interno)

Documento assinado digitalmente
 CARLA VAZ DOS SANTOS RIBEIRO
Data: 25/01/2023 08:31:35-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Carla Vaz dos Santos Ribeiro – UFMA
(Avaliadora Externa)

Parnaíba

2023

AGRADECIMENTOS

“Bendize, ó minha alma, ao SENHOR, e tudo o que há em mim bendiga o seu santo nome. Bendize, ó minha alma, ao SENHOR, e não te esqueças de nenhum de seus benefícios”. (Sl. 103:1,2).

Grata eu sou a Deus pelo caminho que me fez aqui chegar, e pelos afetos colhidos no trajeto. O mestrado é a continuação de um sonho iniciado na graduação - o de fazer Ciência – por alguém que, se um dia sonhou em mudar o mundo, hoje compreende que uma coletividade é formada por indivíduos, e mais vale acolher a um que seja, ou contribuir com benefícios que talvez não contemple a todos, mas sejam efetivos para promover humanidade e dignidade a quem for alcançado.

Bons ciclos não se completam sem bons instrutores, e desde já, expresso a minha gratidão à minha orientadora Dra. Raquel Pereira Belo, que tem compartilhado comigo o seu saber desde os meus primeiros passos na pesquisa ainda na graduação. A minha experiência com o mestrado foi muito enriquecida por ter a sua supervisão, sempre validando as conquistas e acertos de seus orientandos, e, quando necessário, advertindo com muito respeito e ética.

Aos meus familiares e amigos, sou grata por compreenderem que nem sempre eu pude ser tão presente, pois há momentos em que as escolhas pedem prioridade, e quando isto acontece, o que conforta é o afeto de quem ultrapassa as barreiras do corpo. Porém, existem aqueles dos quais a estrutura física não suporta a distância, e estes eu tive bem presentes: o meu pai, sempre com um abraço e um café; e o meu esposo, um parceiro de vida que todos os dias me faz lembrar que os sonhos existem para serem realizados, e aqui estou eu, realizando mais um sonho!

“E ainda que eu tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada seria.”

(I Co. 13:2)

RESUMO

As medidas relacionadas ao isolamento social para conter a velocidade de transmissão da Covid-19 e posteriores medidas de proteção individual e coletiva para a retomada gradual das atividades presenciais, acarretaram novos desafios aos trabalhadores cuja rotina de vida atrelada ao contexto laboral, impôs um novo olhar sobre os sentidos do seu trabalho, e de sua capacidade de regular as emoções frente ao contexto, refletindo no quanto este se percebe satisfeito com a sua ocupação. Deste modo, formulou-se o problema de pesquisa “Quais os sentidos atribuídos ao trabalho pelos vendedores de comidas de rua no contexto da pandemia Covid-19, e como estes se expressam nas vivências de satisfação laborativa?”. A pesquisa teve por objetivo identificar e analisar, no contexto pandêmico de Parnaíba-PI, os sentidos atribuídos ao trabalho e a sua interlocução com a satisfação, por parte de trabalhadores informais do setor alimentício. Participaram do estudo 10 trabalhadores que atuam na venda de comidas de rua em Parnaíba-PI com idade entre 19 e 57 anos, com idade média de 32,5 anos, sendo cinco homens e cinco mulheres. Os participantes foram contatados virtualmente a partir da técnica *Bola de Neve*, tendo acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Após a explicitação da pesquisa e do TCLE, foi realizada a entrevista semiestruturada, acompanhada de um questionário sociodemográfico, além da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), deixando claro o caráter sigiloso das informações, e possibilidade de desistência a qualquer momento. A entrevista aconteceu por meio remoto (*GoogleMeet*). A análise de dados foi feita por intermédio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), dando origem a três eixos centrais que sintetizam as respostas obtidas com a entrevista semiestruturada, sendo eles: 1) Motivos para estar na atividade; 2) Aspectos relativos ao sentido e compreensão sobre o trabalho; e 3) Concepções gerais sobre o trabalho e o trabalhar. O primeiro eixo representa os conteúdos que expressam a opção do comércio de comida de rua como possibilidade viável, inclusive em decorrência da necessidade de renda; o segundo eixo

é referente à satisfação e aos sentidos do trabalho, bem como as suas vivências durante a pandemia e à compreensão da atividade para a permanência em um período de reajustes; e o terceiro eixo, por fim, descreve as novas possibilidades de trabalho no período pandêmico que, embora pareça contraditório ao eixo anterior, fala do crescimento da demanda a partir de uma nova oportunidade no comércio de comidas – o delivery. A pesquisa demonstrou ainda, a vulnerabilidade em que se encontra o trabalhador informal e a falta de atenção social para com a classe investigada que, mesmo com tantas carências, tem encontrado cada dia mais espaço para tornar o seu serviço indispensável na rotina dos parnaibanos.

Palavras-chave: Trabalho Informal; Comidas de Rua; Covid19; Sentidos do Trabalho; Satisfação no Trabalho.

ABSTRACT

Measures related to social isolation to contain the speed of transmission of Covid-19 and subsequent individual and collective protection measures for the gradual resumption of face-to-face activities, entailed new challenges for workers whose routine of life, linked to the work context, imposed a new look. about the meanings of his work, and his ability to regulate emotions in the face of the context, reflecting on how satisfied he is with his occupation. In this way, the research problem “What are the meanings attributed to work by street food vendors in the context of the Covid-19 pandemic, and how are these expressed in the experiences of job satisfaction?”. The research aimed to identify and analyze, in the pandemic context of Parnaíba-PI, the meanings attributed to work and its interlocation with satisfaction, on the part of informal workers in the food sector. The study included 10 workers who work in the sale of street food in Parnaíba-PI aged between 19 and 57 years, with an average age of 32.5 years, five men and five women. The participants were contacted virtually using the Snowball technique, having access to the Free and Informed Consent Form - TCLE. After explaining the research and the TCLE, a semi-structured interview was carried out, accompanied by a sociodemographic questionnaire, in addition to the Free Word Association Technique (TALP), making clear the confidential nature of the information, and the possibility of withdrawing at any time. The interview took place remotely (GoogleMeet). Data analysis was carried out using the Content Analysis proposed by Bardin (2011), giving rise to three central axes that summarize the responses obtained with the semi-structured interview, namely: 1) Reasons for being in the activity; 2) Aspects related to the meaning and understanding of work; and 3) General conceptions about work and working. The first axis represents the contents that express the option of selling street food as a viable possibility, including as a result of the need for income; the second axis refers to satisfaction and the meanings of work, as well as their experiences during the pandemic and the understanding of the activity for permanence in a

period of readjustments; and the third axis, finally, describes the new job possibilities in the pandemic period which, although it seems contradictory to the previous axis, speaks of the growth in demand from a new opportunity in the food trade – delivery. The research also demonstrated the vulnerability of the informal worker and the lack of social attention towards the investigated class that, even with so many needs, has found more and more space to make its service indispensable in the routine of parnaibanos.

Keywords: Informal Work; Street Food; Covid-19; Meanings of Work; Job Satisfaction.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. TALP – Sentidos do Trabalho.....	68
Tabela 2. TALP – Satisfação no Trabalho.....	69
Tabela 3. Comércio de comidas como possibilidade.....	71
Tabela 4. Fatores decorrentes da necessidade de renda.....	72
Tabela 5. Sentidos do trabalho.....	72
Tabela 6. Vivências dos sentidos do trabalho na pandemia.....	73
Tabela 7. Novas possibilidades de trabalho no período pandêmico.....	73
Tabela 8. Diferenças entre o trabalho formal e o informal.....	73
Tabela 9. Compreensão da atividade para a permanência.....	74
Tabela 10. Ação transformadora do trabalho.....	74
Tabela 11. Satisfação no trabalho.....	75
Tabela 12. Estabelecimento e alcance de metas.....	75
Tabela 13. Se o seu trabalho falasse, o que ele diria.....	75

Sumário

1. Introdução.....	11
2. Revisão de Literatura.....	15
2.1.O trabalho em um contexto de transformações e o seu reflexo como produto e produtor humano.....	15
2.2.A informalidade laborativa no contexto pandêmico e a atuação dos vendedores de comidas de rua.....	22
2.3. Atribuições de sentidos ao trabalho	39
2.4. A satisfação no trabalho enquanto um construto dependente.....	53
3.Objetivos.....	61
3.1 Geral	61
3.2 Específicos.....	61
4. Método.....	62
4.1. Delineamento.....	62
4.2. Participantes	62
4.3. Instrumentos	63
4.4. Procedimentos	64
4.5. Aspectos Éticos	65
4.6. Análise de dados.....	66
4.7. Riscos e benefícios da pesquisa.....	66
5. Resultados.....	68
6. Discussão.....	79
7. Considerações Finais.....	90
Referências	94
Anexos	106

1. INTRODUÇÃO

A pandemia ocasionada pela propagação do novo coronavírus tem sido um problema de saúde pública global que além de instaurar danos a nível sanitário, político e humanitário, expôs os extremos de uma crise econômica. Lima et al.(2020) refletem que a organização social do momento presente já estava fragilizada por ser globalizada nas trocas econômicas, mas enfraquecida como projeto político global, predominantemente não sustentável, além de ser avessa à política e projetos comuns.

A rápida propagação da doença que encontrou no distanciamento social uma forma de prevenção, promoveu rápidas mudanças no mercado de trabalho, desembocando efeitos mais desastrosos na informalidade, por tratar-se de um grupo de trabalhadores sem respaldo legal de direitos. Consoante Costa (2020), a crise revelou as fragilidades da economia brasileira que se baseia na austeridade, na desindustrialização e no trabalho informal. O autor enfatiza que no contexto de paralisação das atividades produtivas os trabalhadores informais perderam parte ou toda a sua renda, e muitas empresas demitiram empregados com carteira assinada; tudo convergiu para que houvesse agravantes na informalidade.

O trabalho informal, conforme Pimentel e Pereira (2020), traduz-se no conjunto de atividades econômicas e profissionais não abarcadas pelo ordenamento jurídico e desenvolvidas em contexto alternativo e residual ao mercado de trabalho formal, se constituindo como um grupo social extremamente vulnerável aos efeitos da covid-19, tanto pelo potencial risco de contágio ao exercerem suas atividades em espaços públicos, quanto pelo caráter incerto dos rendimentos por dependerem da livre circulação de pessoas. Mudanças nas formas e no cenário do trabalho implicam objetiva e subjetivamente na vida do trabalhador, por tratar-se de uma produção singular decorrente das experiências cotidianas adquiridas no seu fazer, em interação com o que absorve do ambiente.

D'Arísbo et al. (2018) observam que as mudanças no mundo do trabalho e nas relações laborais incidem sobre o perfil do trabalhador, influenciando no estado emocional de homens

e mulheres sob a afirmativa de que os sentidos do trabalho incluem fatores instrumentais e percepções individuais. Questões referentes às flexibilizações de contrato, retorno financeiro auferido e novas instruções sobre como executar uma função, pode ser tida como elemento instrumental, mas que é capaz de produzir efeitos subjetivos.

Paiva, Bendassoli e Torres (2015) compreendem o ser humano como um sujeito social que se constitui na relação dialética com o meio, na e pela atividade. Na atividade, o caráter histórico, bem como as relações sociais e o modo de produção são evidenciados ao passo que expressam a singularidade do ser; nessa perspectiva, os autores centralizam os sentidos do trabalho aos processos afetivos, os quais matizam a relação entre o pensamento e a linguagem, mediando a interação entre as dimensões objetiva e subjetiva que, em uma formação complexa com diversas zonas que variam em sua estabilidade, se apresentam de forma fluida e dinâmica.

A experiência no desenvolvimento do indivíduo quando este se utiliza dos desafios como meio de adaptação e reestruturação perceptual de si, é descrita por Gimenez (2020), bem como uma capacidade de contornar os percalços com os quais se depara e que tem influência direta em sua satisfação. Para Weymer e Maciel (2014) a utilização da satisfação no trabalho justifica-se como variável diretamente relacionada e dependente, uma vez que a maneira como determinado indivíduo se sente em relação ao trabalho e os sentidos que este assume em sua vida, são elementos críticos das vivências obtidas com a sua atividade laboral.

Há uma significativa quantidade de pessoas vivendo na informalidade. Trata-se de um setor em crescimento, cuja atividade é desenvolvida principalmente em lugares públicos ocupando os espaços não tomados pela formalidade. Presente no setor terciário da economia, o mercado de trabalho informal conta com diversas possibilidades de inserção. O comércio ambulante de comidas no meio urbano, enquanto um ramo em crescimento, tem se utilizado das ruas, bem como calçadas, passarelas das grandes avenidas e locais de concentração populacional, como espaços de geração de renda, nos quais encontram-se uma variedade de

alimentos para consumo imediato.

A partir da estrutura do mercado de trabalho no contexto pandêmico, considerando que os polos de venda de comidas de rua normalmente estão localizados em partes privilegiadas das cidades, concentrando-se em locais de maior circulação de possíveis consumidores, o presente estudo objetiva identificar os sentidos atribuídos ao trabalho por parte de trabalhadores informais do setor alimentício e a sua interlocução com a satisfação pelo fazer cotidiano, tudo isto vivenciado no contexto pandêmico de Parnaíba-PI. Justifica-se a necessidade em estudar a citada temática visto que, os trabalhadores informais que dependem do contato social e, por não estarem ligados a uma organização (o que há muito tempo significou o ideal de trabalho, mas sofreu alterações à medida que houve transigência na perda de muitos direitos trabalhistas), novamente tiveram a sua base de sentidos alterada.

A revisão de literatura apontada neste ensaio enfatiza que as medidas de isolamento e quarentena utilizadas para reduzir a propagação do novo coronavírus, implicaram na redução da atividade econômica, ocasionando danos financeiros para os trabalhadores. Conforme apontam Santos et al. (2020), com a retomada gradual destas atividades sob a reconfiguração dos ambientes de trabalho, somadas às novas práticas de higiene e de contato entre pessoas, os trabalhadores informais se encontraram em situação de extrema vulnerabilidade por uma crise não apenas econômica, mas pelas crises sanitária e humanitária instauradas com o contexto pandêmico.

Neste sentido, formulou-se o seguinte problema de pesquisa “Quais os sentidos atribuídos ao trabalho pelos vendedores de comidas de rua no contexto da pandemia Covid-19, e como estes se expressam nas vivências de satisfação laborativa?”. Buscou-se responder tal indagação à luz dos elementos presentes na realidade da cidade de Parnaíba-PI, sob a hipótese de que os sentidos do trabalho refletem na experiência pessoal de satisfação cotidiana.

2. Revisão de Literatura

2.1. O trabalho em um contexto de transformações e o seu reflexo como produto e produtor humano

Este capítulo inicial dedica-se a ponderar sobre as diferentes concepções que o trabalho tem adotado ao transcorrer do tempo com o intuito de melhor compreendê-lo contemporaneamente. Mais do que analisar eventos históricos, propõe-se pensar criticamente as suas implicações sobre a laboralidade enquanto uma dimensão da vida humana que possui afetação recíproca para com o meio, interpondo-se ainda como mediadora da relação que o sujeito estabelece consigo e com os seus pares, pois a atividade produtiva se articula à constituição pessoal como um olhar sobre si através de seus feitos.

A ocupação laborativa assume centralidade na vida do trabalhador lhe permitindo interagir socialmente através de sua prática, e se apresentando como uma condição facilitadora de subsistência, pois o trabalho enquanto necessidade instrumental e moeda de troca proporciona o rendimento necessário para que este possa participar em outras esferas de sua vida, atuando também na construção de sua identidade e subjetividade, permitindo a inscrição do sujeito em um contexto concreto, pelo qual ele pode elaborar sentidos atravessados pela dinâmica da cultura, das relações e da sua particularidade.

Vale ressaltar que o juízo de promoção de sentido pelo trabalho nem sempre foi compartilhado. Bertonecelo e Junqueira (2018) apontam a utilização do termo *trabalho* em função do contexto histórico-filosófico-religioso significando sacrifício, esforço e lide. A este cenário compete a representação da atividade laboral como punição no Antigo Testamento, e a realização da mesma sendo reservada aos escravos na antiguidade, enquanto os cidadãos livres tinham direito às atividades políticas e ao ócio. Posteriormente, na Idade Média, a estratificação da sociedade feudal que a dividia entre clero, nobreza e servos, impunha aos últimos a obrigação pelo trabalho a ser aplicado nas terras.

Sendo utilizado como um objeto de controle, o trabalho deu origem ao corpo dócil, ao sujeito que sem questionar compreendia-se como alguém cuja função no mundo era restrita não apenas a um fazer, mas a um fazer naturalmente ligado à opressão e alienação. Deste modo, os estudos da história do trabalho tradicional preocupavam-se essencialmente com os aspectos que exprimiam a unificação destes trabalhadores em uma perspectiva do que os dividia apenas enquanto classe. A partir da aceção moderna do trabalho como produto e produtor da dignidade humana, emergiram outras temáticas a serem estudadas em consonância com o trabalho.

Borges-Andrade (2002) afirma que, o trabalho como objeto de investigação despertou o interesse de diversas Ciências; em Psicologia, surgiu a Psicologia Organizacional do Trabalho (POT) intencionando aprofundar os dois objetos essenciais de atenção da área: as organizações e o trabalho, e para melhor aproveitar as experiências e pesquisas dos demais campos de saber acrescentando à Psicologia os desafios de conhecer aspectos referentes à relação sujeito-trabalho com vistas à ampliação das temáticas associadas às organizações capitalistas tradicionais visto que, na contemporaneidade, as possibilidades de atuação profissional não se resumem ao vínculo formal de trabalho.

Rothmann (2017) explica que a POT ocupa-se de aplicar os princípios de psicologia e pesquisa aos fenômenos que ocorrem no espaço laboral através de alguma abordagem científica. Quando os psicólogos lidam com comportamentos, sentimentos e afetos em âmbito organizacional e de trabalho, o fazem de modo objetivo e sistemático podendo se utilizar de observação qualitativa, bem como mediação quantitativa e estatística para conduzir pesquisas e intervir no ambiente, centrando-se na eficiência organizacional e bem-estar dos indivíduos.

A atenção para com o sujeito laboral pauta-se na dialética do trabalhador como agente transformador da realidade e por ela transformado, em um contínuo processo de construção e desconstrução. Nessa retórica é possível situar o trabalho como um fenômeno não apenas social

ou psicológico, mas como um elemento psicossocial embasado na concretude das relações sociais e respectivos momentos históricos, o que lhe conferiu alterações de sentido, valoração atribuída e modos de execução, resultando em um conceito polissêmico sem possibilidade de definição única.

O intento por compreender o sujeito laboral e as implicações do trabalho no cotidiano, com vista a resgatar a dignidade nas relações trabalhistas foi o imperativo de uma sociedade que se percebeu na necessidade de abranger a experiência humana em seus mais diversos níveis de complexidade, conquista inegavelmente tardia, mas urgente, pois o trabalho desde a antiguidade era vislumbrado, sobretudo como um fardo. Magela e Paula (2016), a este respeito, citam Ornellas e Monteiro (2006) que remontando a Antiguidade Clássica, pontuam que, por volta do século V A.C., o labor pautava-se em duas correntes: 1) a dominação elitista sobre o trabalho intelectual, artístico, especulativo ou político; e 2) o “trabalho braçal” como destino dos escravos.

As relações de trabalho hegemonicamente foram responsáveis por manter as divisões sociais. Cotrin (2016) explica que durante o feudalismo aquele que tinha mais terras (susserano) concedia uma parte para quem tivesse menos (vassalo), e em troca recebia fidelidade e serviços prestados, relação de fácil intuição se considerarmos que a palavra *feudo* tem origem germânica e significa “bem oferecido em troca de algo”. Ainda na Idade Média, como ressaltam Beck e Teixeira (s.d), havia as corporações de ofício que podiam ser definidas como associações de trabalhadores (artesãos) que regulavam, ensinavam e monopolizavam as atividades; nelas os mestres, donos das oficinas com experiência nos respectivos ofícios eram responsáveis por transmiti-los aos aprendizes, alunos de ofício sem direito à remuneração.

Della Mirandola (2019) permite sequenciar a história humana em consonância à historicidade do trabalho ao falar das contribuições do Renascimento, período cuja preocupação em reivindicar um lugar para a filosofia, atribuindo-lhe a função de investigar os

processos da natureza, a razão do universo e do homem e os conselhos de Deus, conferiu ao homem um novo lugar, o lugar de sua dignidade, diferente da concepção adotada na Idade Média, embora ainda guardasse as raízes do mundo medieval. Nessa perspectiva, seu contato com a natureza não apresenta mais caráter de humilhação e sim de algo que o dignifica independente da renda e da afirmação perante os demais, pois a satisfação vem da possibilidade de criação proporcionada pelo trabalho e este passa a ter um valor em si.

A invenção da máquina a vapor inaugurou o período denominado Idade Moderna e promoveu uma mecanização nos sistemas de produção, dando origem à Revolução Industrial. A utilização das máquinas na indústria acarretaram mudanças nos métodos de trabalho e, conseqüentemente, nas relações entre patrões e trabalhadores. Sendo o manuseio da ferramenta transferido para a máquina, o valor de troca da força de trabalho é extinto, a reflexão feita por Marx (1867) revela que uma parcela da classe trabalhadora é transformada em população supérflua, isto é, não mais diretamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbindo na luta desigual da velha produção artesanal e manufatureira contra a indústria mecanizada.

Do comércio à indústria e às navegações, a burguesia encontrou espaço de ação. A antiga organização feudal e as corporações fechadas já não eram suficientes, o mercado era cada vez mais ampliado e a procura por mercadorias aumentava. A grande indústria conquistou o mercado mundial preparado pela descoberta da América e à medida que o comércio, as navegações e as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia multiplicando os seus capitais e relegando ao segundo plano as classes dominadas na Idade Média. Koselleck e Branco (2020) explicam a sociedade burguesa desenvolvida no século XVIII como um novo espaço de ação: reclamando intelectualmente o mundo inteiro e negando o antigo.

Sousa e dos Santos (2017) atentam-se ainda a dois momentos do capitalismo: 1) um familiar no qual se destacou o burguês empreendedor e as temas como especulação, risco e

inovação compunham a pauta da época, prevalente na metade do século XX; 2) um capitalismo burocrático, cenário da organização de trabalho proeminente de uma mão de obra gerencial, das grandes corporações e de uma grande massa de subordinados ocupando a base piramidal. É no cenário da passagem do capitalismo familiar para o burocrático que o sistema taylorista-fordista encontra solo. Anterior à proposta de Taylor, os modelos de produção não delimitavam formas de execução das tarefas, cabendo ao trabalhador a escolha do instrumento de trabalho.

Moraes e Moura (2017) explicam o fordismo como modelo de produção em massa, fundamentado em ganhos de produtividade obtidos por economias de escala em um processo mecanizado de produção padronizada com base em linhas de montagem estruturadas nos princípios de integração vertical e na divisão social e técnica institucionalizada de trabalho, tais princípios estavam inseridos nos métodos de administração conhecidos como taylorismo e organização científica do trabalho. Logo, o fordismo, tem como base um pressuposto que antecede a sua própria gênese, o taylorismo.

As mudanças tecnológicas foram sentidas em âmbito laborativo e na organização dos processos produtivos; as possibilidades incrementadas com o advento de novos modelos de gestão e organização do trabalho foram tendenciosas quanto à burocratização dos sindicatos nacionais e regionais, o que somadas à ausência de práticas políticas favoráveis a uma demanda comum fragmentou as lutas sociais numa escala de pequenos grupos, objetivando não a transformação social como um todo, mas unicamente o atendimento de alguma reivindicação específica.

A progressiva interdependência dos sistemas econômicos tornou obsoletas as técnicas que vinham sendo desenvolvidas nos últimos decênios para captar o sentido do processo histórico em transição. Furtado (2003) aponta que o novo quadro histórico esboça os desajustamentos causados pela exclusão social de parcelas crescentes da população, pois não decorrem apenas da orientação do progresso tecnológico, mas refletem a incorporação indireta

ao sistema produtivo da mão-de-obra mal remunerada dos países de industrialização retardada.

Gimenez (2020) analisa que, no Brasil, país de industrialização tardia, com características históricas e estruturais marcadas pela pobreza, desigualdade social e precária estruturação do mercado de trabalho, apesar da existência de um sistema de regulação social laborativa, uma parcela expressiva da massa trabalhadora sempre esteve privada desse conjunto de direitos e proteções sociais, realidade que a “reforma” trabalhista aprofundou a partir de sua vigência, em novembro de 2017, mas que anteriormente já havia dado passos, ainda que tímidos, em direção à flexibilização trabalhista.

Alves (2017) contribui com essa discussão ao afirmar que a longa e persistente “demolição” da CLT começou em 1964 com o fim da estabilidade no emprego e a criação do FGTS. Sendo a CLT obra do projeto varguista, se manteve firme e forte por vinte anos (1964-1984). A Constituição de 1988, pouco mais de vinte anos depois do golpe de 1964, apesar de manter intacto o Estado oligárquico-político brasileiro, sob a pressão do sindicalismo e movimentos populares atuantes na década, promoveu significativos avanços em âmbito social, criando, por exemplo, as bases institucionais para o sistema unificado de saúde, seguridade social e garantindo direitos trabalhistas e previdenciários do povo brasileiro.

A ideia de trabalho no cenário atual ainda parece estar relacionada à modalidade do emprego, mesmo com as mudanças na estrutura econômica e social, onde se observa uma desconexão entre investimento produtivo e empregabilidade, além das já citadas flexibilizações que geraram crise no trabalho. Tal desproporcionalidade pode ser justificada a partir da institucionalização do trabalho nas sociedades modernas, cuja existência assume uma importância decisiva na vida social pela alta categoria moral que lhe é atribuída emancipando-o do papel letárgico que exercera em outras épocas.

As mudanças nas formas de trabalho e emprego imprimem objetiva e subjetivamente sobre o trabalhador, Neves et al. (2018) justificam tal posicionamento a partir da ideia de que

o trabalho envolve tanto as questões socioeconômicas nas quais é desenvolvido, como no significado, no sentido e nos valores socioculturais dessa experiência. Desse modo, os significados remetem aos diferentes valores e concepções sobre trabalho, e o sentido diz respeito à relação pessoal que o indivíduo estabelece com o seu fazer. O autor comenta ainda que, em uma época caracterizada por instabilidade no emprego, que transfere para o trabalhador toda a responsabilidade de se manter ativo, este passa a experimentar um sentimento de perda do controle sobre sua vida.

Estudos no campo do trabalho são indispensáveis e, embora a literatura em contexto nacional seja vasta, constantemente vê-se a necessidade de novas atualizações, uma vez que, como é possível perceber neste capítulo inicial, por ser uma dimensão da vida humana, o trabalho acompanha o seu processo evolutivo, e a Psicologia, como uma ciência que tem se disposto a aprofundar os aspectos pessoais e sociais humanos, muito pode acrescentar em conhecimentos quando os seus conceitos são utilizados de modo a relacionar as experiências laborais às vivências afetivas. Deste modo, os capítulos sucessores abordam a temática em menção com ênfase na informalidade laborativa e os sentidos atribuídos ao trabalho, pelo trabalhador, bem como o seu exercício de satisfação.

2.2. A informalidade laborativa no contexto pandêmico e a atuação dos vendedores de comidas de rua

O quadro de desemprego e os problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro, tais como a precarização e flexibilização das relações trabalhistas, as desigualdades nas condições de inserções regionais e na qualidade dos postos de trabalho, incorporam um cenário de crise econômica e de uma agenda política que produzem, em velocidade recorde, o aumento de trabalhadores informais. A informalidade laborativa, conforme Pimentel e Pereira (2020), traduz-se no conjunto de atividades econômicas e profissionais não abarcadas pelo ordenamento jurídico e, desenvolvidas em contexto alternativo e residual ao mercado de trabalho formal.

Manzano e Krein (2020) complementam que apesar do mercado de trabalho brasileiro nunca ter passado por um processo de estruturação e historicamente ser marcado pela forte presença da informalidade, de 2003 a 2014 foi possível observar um crescimento do emprego e um processo de formalização do trabalho no país, contudo, a partir de 2015 com a crise econômica impulsionada pela política de austeridade e as reformas de orientação liberal que se seguiram (a lei do Teto de Gastos, a Reforma trabalhista e a Reforma da Previdência), o desemprego dobrou e houve uma proliferação do número de trabalhadores em ocupações precárias, bem como um aumento da exploração do trabalho, culminando na busca pela informalidade.

A definição do que seja o trabalho informal não é consensual no Brasil. Duarte (2016) aponta que a maioria dos autores define trabalho informal como a atividade exercida pelos indivíduos à margem da legislação trabalhista ou os que não contribuem para a seguridade social pública. No caso brasileiro, seu efetivo total seria obtido pelo somatório dos trabalhadores que não tem assinada a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, e os que trabalham de forma autônoma. Historicamente as atividades informais estiveram

associadas à pobreza, mas atualmente é um fenômeno complexo que está para além de uma mera oposição ao trabalho formal ou como resíduo do desenvolvimento capitalista.

Com base no exposto, percebe-se que o surgimento de novas formas de contratação e outros modos de fazer renda para além da empregabilidade, são características de uma condição de desenvolvimento em que o Estado ocupa-se cada vez menos de promover ações favoráveis às relações de trabalho e opta por dispensar trabalhadores através de uma legislação punitiva, revelando que a capacidade de gerar empregos depende não apenas da expansão econômica, mas também das instituições que regulam o seu funcionamento, pois o grau e a natureza desta regulação podem facilitar ou dificultar a empregabilidade.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE datados do penúltimo trimestre de 2021, o trabalho por conta própria atingiu o patamar recorde de 24,8 milhões de pessoas, um crescimento de 4,2% se comparado ao trimestre anterior. Em um ano, o contingente avançou 3,2 milhões, alta de 14,7%. Inclusive, 52,2% da alta da ocupação na comparação mensal e 62,7% dessa alta na comparação anual vieram do aumento dos trabalhadores por conta própria sem CNPJ; no qual o aumento da ocupação no segundo trimestre foi gerado, principalmente, por atividades relacionadas, sobremaneira, a alojamento e alimentação (9,1%).

Torres et al. (2018) identificam que, para uma determinada perspectiva, a economia informal é erroneamente relacionada à pobreza, desconsiderando o dinamismo e a geração de renda que lhe são próprios, pois o que se coloca em pauta não é o quanto de renda um trabalhador informal produz, mas sob que condições de trabalho ele se encontra. De forma semelhante, a noção de trabalho informal é fortemente considerada como contraponto ao ordenamento que regulou as relações de trabalho e a seguridade social no Brasil.

Sob a óptica de quem adentra a informalidade, Coutinho (2019) enfatiza que se trata de pessoas que veem possibilidades de maiores ganhos e de melhores condições de trabalho, mas

convivem com a dificuldade de custear os encargos trabalhistas e a incerteza de manutenção da renda. A formalização é, para estes, associada a uma realidade precária, com longas jornadas e baixa remuneração, sendo a informalidade uma alternativa, ao oferecer melhores rendimentos e mais liberdade, contudo, mesmo optando pela informalidade, sentem-se inseguros quanto ao futuro pela ausência de direitos trabalhistas e previdenciários.

Consoante Torres et al. (2018), por sua complexidade e abrangência, o modo de produção informal é considerado um campo rico em questões psicossociais, ideológicas e subjetivas, que demandam observação e estudo sistemático, uma vez que o trabalho em si se mostra como uma esfera importante de constituição da identidade e das relações entre os seres humanos. Corroborando com o mesmo pensamento, Bertonecelo e Junqueira (2018) expressam que o trabalho deixou de ser um castigo para se tornar uma forma de sobrevivência pelo exercício de uma atividade laboral, e no século atual, mesmo que ainda carregue o sentido de obrigação, dever e responsabilidade, possui uma perspectiva psicológica e cognitiva do modo como este fazer atua na construção do sujeito.

Para Enriquez (2019) a nova mentalidade sobre o trabalho gera uma mobilização geral dos seres humanos para o trabalho. Vemos aí se desenvolver a ideia de que os indivíduos que não trabalham são parasitas, delinquentes e inúteis. Trata-se realmente de uma civilização do trabalho e dos trabalhadores. Nesse sentido, não apenas os grandes empreendedores e empresários estão interessados no trabalho, mas, ao mesmo tempo e progressivamente, aqueles que se veem frequentemente alienados e explorados, reivindicam o trabalho como um elemento constitutivo e fundamental da sua personalidade.

O trabalho é discutido por Gemelli e Oltramari (2020) como uma relação do sujeito consigo mesmo, pois através dessa atividade ele se põe à prova com o mundo e sua resistência ao saber-fazer, aos seus conhecimentos e experiências da identidade, nesta compreensão, não está imanentemente ligada à remuneração ou à relação de emprego, característica das

organizações capitalistas, mas ao trabalho como um elemento norteador de vida. A partir de tal concepção, é possível assentir que quando as relações de trabalho ou o seu contexto sofrem alterações, as estruturas sociais e individuais também são alteradas.

Adentrando a temática de alterações contextuais, Portella e Oliveira (2020) atentam-se à vulnerabilização e desigualdades abissais sobre as quais estão alicerçadas as dinâmicas sociais, problematizando o que se compreende por desastre biológico natural, uma vez que o ato de naturalização dos eventos extremos parecem estabilizar fatos e deslocá-los de seus nexos sociohistóricos, distanciando o “natural” da ação humana, caracterizando-o por um automatismo comandado por leis físicas e naturais alegadamente imutáveis. Culminando em invisibilização dos processos de vulnerabilização das populações resultantes das políticas e decisões da gestão estatal e do modelo de desenvolvimento dominante. Neste escopo os autores lançam o questionamento “Poderíamos classificar a pandemia do covid-19 como um desastre biológico natural?”.

Bueno et al. (2021) fazem um breve levantamento de caracterização do início do que posteriormente viria a ser uma pandemia; os autores que participaram ativamente da iniciativa realizada pelo Observatório Covid-19 da Fiocruz, com a colaboração da Rede Covid-19 Humanidades MCTI, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na produção de pesquisas para melhor compreender e enfrentar a pandemia de covid-19 no Brasil, relatam que desde janeiro de 2020, pesquisadores da Rede Zika Ciências Sociais começaram a acompanhar o surgimento de um novo vírus na China que produzia uma síndrome respiratória aguda grave. Foram então reunidas notícias nacionais e internacionais, e acompanhados os relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) diariamente, além de artigos científicos, redes sociais, e a mobilização da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em relação à nova emergência sanitária.

Sequenciando a fonte acima, com o avanço do vírus no país, foram tomadas as primeiras medidas de isolamento por estados e municípios a partir de 11 de março. O governo do Distrito

Federal foi o primeiro a fechar escolas e no Rio de Janeiro, o então governador Wilson Witzel decretou isolamento e quarentena voluntária. Sendo detectada a transmissão comunitária do novo coronavírus, o governador de São Paulo, João Doria, determinou medidas restritivas por 15 dias, seguido de pelo menos outros 24 estados brasileiros. A experiência da Rede Zika Ciências Sociais com o combate ao surto de zika possibilitou a construção de uma rede internacional de pesquisadores de cinco continentes e uma agenda de pesquisa e ação complexa e diversificada, no entanto, a nova doença tem por peculiaridade o fato de que os pesquisadores são também expostos e afetados, colocados em uma posição de observadores internos diante da pandemia.

A chegada de um momento crítico, cujos padrões de normalidade social até então conhecidos foram rompidos, acarretou mudanças significativas em todas as esferas da vida humana. Duarte (2020) esclarece que o surto da doença ocasionada por um novo coronavírus e caracterizada por desenvolver pneumonia, foi relatada em Wuhan, província de Hubei, China e nomeada pelo Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus (ICTV) como síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). A doença que pode apresentar desde sintomas leves de uma gripe comum a dificuldades respiratórias graves e comprometimento de funções orgânicas é transmitida principalmente através da inalação de gotículas de saliva e secreção de pessoas infectadas que podem ficar suspensas no ar, fixadas em superfícies ou mesmo por contato direto.

A nova doença capaz de imprimir danos em escala mundial impôs a adoção de políticas restritivas e de contenção da mobilidade social para minimizar o contágio pelo vírus, no entanto, os impactos de tais medidas são evidentes, sobretudo em um mercado de trabalho cuja consolidação, foi pautada na desigualdade expressa em uma luta de classes histórica na qual uma parcela da população sempre ficava à margem do desenvolvimento tendo que sujeitar-se ao sistema de contratação de trabalho cada vez mais precário.

Tratando-se de um setor em crescimento, cuja atividade é desenvolvida principalmente em lugares públicos ocupando os espaços não tomados pela formalidade, os laborais informais se constituem como um grupo social extremamente vulnerável aos efeitos da covid-19, tanto pelo potencial risco de contágio ao exercerem suas atividades em espaços públicos, quanto pelo caráter incerto dos rendimentos por dependerem da livre circulação de pessoas em um momento que medidas de isolamento e distanciamento social foram tomadas como meio de preservação à vida.

Roubicek (2020) problematiza que trabalhar informalmente durante uma crise se apresenta como um desafio, uma vez que não há respaldo legal da garantia de direitos. Isso significa que, caso um trabalhador informal seja despedido, ele ficará sem acesso ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e ao seguro-desemprego. De igual modo, em situação de adoecimento ou da necessidade de ficar em quarentena por ter tido contato com alguém que foi contagiado, ele não tem garantias legais como licença médica remunerada. O laboral informal encontra-se no dilema de sair para trabalhar e correr o risco de contaminação ou privar-se do risco e não ter como prover o sustento familiar.

A respeito das medidas governamentais para minimizar o impacto da crise sobre os trabalhadores em situação de informalidade, Pimentel e Pereira (2020) citam a Lei nº13.982, de 02 de abril de 2020, que criou o auxílio emergencial aos trabalhadores diretamente afetados pela crise de saúde pública decorrente da covid-19. O autor vela pela importância de tal medida sob o prisma do trabalhador informal que temporariamente goza da tutela estatal para o recebimento do auxílio emergencial – último recurso para a satisfação de necessidades vitais básicas

Martini e Mota (2020) explicitam os requisitos cumulativos para o recebimento do auxílio, sendo eles: 1) Possuir a maioridade civil; 2) Não possuir emprego formal ativo; 3) Não estar recebendo benefício previdenciário ou assistencial, tampouco benefício do seguro-

desemprego, ou ser titular de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Bolsa Família; 4) Possuir renda familiar mensal igual ou inferior a meio salário-mínimo por pessoa, ou renda mensal total igual ou inferior a 3 salários mínimos; 5) Não ter recebido rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70 em 2018.

Silva, Oliveira e Carrais (2020) concordam com a ideia de que, para os trabalhadores mais pobres, o auxílio emergencial de R\$ 600,00 se configurou como um alento, mas afirma que esta quantia é ínfima diante da súbita redução na renda das famílias e nas necessidades que estas enfrentam. Tal redução impacta também a economia como um todo, tendo em vista a drástica queda do consumo, mas pesa, sobretudo, na vida de cada um que sofre com a escassez e a carestia. Vale ressaltar que o auxílio de R\$ 600,00 vingou por apenas 5 meses, no último quadriênio do ano de 2020 os beneficiários puderam contar apenas com metade do valor.

No segundo ano de pandemia, com o aumento dos casos de contaminação por covid-19 e atraso das vacinas, sem previsão de normalização das atividades produtivas, a renovação do auxílio emergencial se mostrou indispensável. Informações contidas no site do Governo Federal (2021) que o benefício reiniciado em 06 de abril de 2021 com previsão de quatro parcelas, com valor médio de R\$ 250,00 exceção às mulheres chefes de família monoparental (criam os filhos sozinhas), que recebem R\$ 375,00 e os indivíduos que moram sozinhos (família unipessoal), que recebem R\$ 150, foi prorrogado por um período complementar de 3 meses no dia 5 de julho do mesmo ano pelo Decreto 10.740.

Se o valor de auxílio anterior já se mostrava desproporcional às necessidades humanas básicas, o último se configura como insuficiente para que alguém deixe de trabalhar, sobretudo no momento de alta inflação em que o país se encontra imerso. Deve-se considerar ainda que as novas condições impostas para o recebimento do benefício governamental atendeu apenas a uma sumária parcela de vulneráveis, deixando à deriva um considerável quantitativo de trabalhadores informais que já tinham a sua necessidade comprovada pelo cadastro no programa de auxílio de renda, e que não puderam retomar

integralmente o seu fazer.

A partir de um estudo realizado por Apolinário e Souza Júnior (2019), pode-se analisar que o trabalho informal muito comumente justifica-se pelo trabalhador que visa aumentar sua renda mensal, para garantir uma melhor qualidade de vida para a sua família, o trabalhador ganha a mais fazendo serviços chamados popularmente de “bicos” independente e fora do horário de seu emprego formal, para agregar à sua renda ativa, o salário. A renda extra é a renda adicional obtida além do salário, complementando assim o orçamento mensal.

Silva (2020) em seu estudo realizado com trabalhadores informais em um município de Goiás, encontrou em 53% dos entrevistados trabalhadores formais que se utilizam da informalidade também como fonte de complementação de renda. A maioria trabalha em três turnos; durante o dia trabalham na atividade formal e à noite atua na atividade informal. Este grupo de trabalhadores afirma que o trabalho informal possibilita uma renda extra que permite manter os filhos em escolas particulares, e alguns mantêm os filhos em universidades de Goiânia, Brasília e Uberlândia, enquanto outros ainda pagam cursos superiores em instituições particulares para os filhos.

No contexto pandêmico, além da crise sanitária instaurada pela propagação do vírus causador da Covid-19, uma das consequências da pandemia tem sido o aumento do desemprego, Costa (2021) descreve a elevação da informalização do trabalho como um dos maiores agravantes deste período. O impacto nas atividades geradoras de renda é especialmente severo para os trabalhadores desprotegidos e para os grupos mais vulneráveis de trabalhadores dos setores que não foram considerados essenciais tais como serviços de hotelaria, bares e restaurantes dentre outros, para estes, a informalidade não representou apenas um complemento de renda, mas única alternativa viável de subsistência.

O mercado de trabalho informal conta com diversas possibilidades de inserção, dentre estas possibilidades destaca-se o comércio de comidas no meio urbano, um ramo em

crescimento, que tem se utilizado das ruas, bem como calçadas, passarelas das grandes avenidas e locais de concentração populacional, como espaços de geração de renda, nos quais encontram-se uma variedade de alimentos para consumo imediato. A geração de novos postos de trabalho na esfera do comércio informal possibilita pensar sobre a legitimidade destes atores na ocupação não apenas de um nicho econômico, mas do próprio espaço público.

Trindade e Fiel (2019) apresentam os resultados de uma pesquisa com feirantes em um município paraense, que possibilita a reflexão de um aspecto geral da informalidade; na convivência com os feirantes durante os dias de pesquisa, identificou-se a importância do comércio formal nos arredores da Feira, pois os trabalhadores formais, bem como a sua clientela, costumam lanchar, comprar produtos de subsistência dentre outros na feira mais próxima a eles, o que evidencia um fluxo de renda existente, entre o formal e o informal, corroborando com a ideia dos autores de que os trabalhadores explorados no sistema formal capitalista trocam parte do valor da sua força de trabalho por mercadorias ou produtos do segmento informal, o que estabelece a totalidade sistêmica: formal e informal são elementos estruturais do capitalismo periférico.

A proposta de reflexão encontrada na pesquisa de Godoy (2019), associa o conceito real da informalidade à definição de periferia, de forma que, por meio da pesquisa de diferentes atividades econômicas, que têm em comum ser desempenhadas por trabalhadores e trabalhadoras periféricos, as definições de informalidade, assim como de periferia, ganharam movimento. O conceito de *periferia* que já esteve associado a vivências de pobreza e marginalidade no entorno desenvolvimento capitalista, ganhou apropriação política e pode ser tomado como um campo feito de práticas e sentidos que têm de ser compreendidos enquanto resistência e formas de superação da desigualdade social, desta forma, a noção de periferia adquire uma visibilidade que sempre foi negada, o mesmo ocorre com a informalidade, conclui o autor.

Para Santana e Amparo-Santos (2021) sob a ótica da desregulamentação financeira e do mundo do trabalho, a flexibilização da produção, as terceirizações e a intensiva mecanização, resultou na diminuição evolutiva dos postos de trabalho e sua precarização, contribuindo para que os trabalhadores excluídos buscassem alternativas paralelas de adentrar e sobreviver ao sistema. É nessa perspectiva que o mercado da comida de rua, como parte integrante de uma aldeia capitalista global, caracteriza-se, majoritariamente, por integrar um setor informal de atividades econômicas por ter como característica a capacidade ímpar de recriar-se e reestruturar-se diante das pressões do espaço, tempo e das diferentes formas de comensalidades e sociabilidades, impostas pelas transformações humanas.

As comidas de rua, do inglês “Street Food”, podem ser definidas como o conjunto de alimentos e bebidas prontos para consumo, preparados e/ou vendidos por vendedores ambulantes, especialmente nas ruas e/ou lugares públicos (Food and Agriculture Organization - FAO, 2016). Apesar deste tipo de comércio apresentar controvérsias, devido às frágeis condições de certificação de qualidade dos produtos oferecidos, os trabalhadores do ramo têm ganhado crescente reconhecimento como fornecedores de um serviço necessário das cidades, pois o modo de vida urbano caracterizado por dedicar considerável tempo às atividades rotineiras têm ocasionado mudanças nos hábitos alimentares, com uma população que deixa de preparar suas refeições em casa para obtê-las prontas, e com possibilidade de diversificação.

A partir do que vem sendo discutido infere-se que, bem como as demais dimensões da vida humana, o ato de comer, diz respeito à construção social e identitária de cada ser ou grupo. Comer não é apenas uma necessidade orgânica, tendo em vista que os hábitos alimentares assumem comportamentos culturais que são determinados historicamente através do convívio social e transmitidos geracionalmente. Assim sendo, o comércio de comidas no meio urbano responde não somente à necessidade contemporânea de rapidez e praticidade, mas oferecem além da diversidade histórica e cultural que pode ocasionar a procura de comidas consideradas

regionais, a utilização do momento da refeição como espaço de lazer e confraternização.

Sobre o uso de políticas em relação ao comércio de rua, Santana e Amparo-Santos (2021) apontam que a maioria das cidades delegou os referidos trabalhadores para os departamentos – como a polícia - que lida com a lei e a ordem, contribuindo para que os trabalhadores da comida de rua sejam absorvidos por uma lógica dicotômica que rotula o seu trabalho na relação entre legalidade e ilegalidade. No entanto, por sua contribuição inquestionável na economia, o advento da ressignificação do ambulante a empreendedor autônomo, descreve o empreendedorismo como uma atividade executada por indivíduos específicos, envolvendo ações chaves (identificação de uma oportunidade - prática e que produza lucros sustentáveis), e atividades ligadas à exploração e o desenvolvimento real de uma oportunidade.

Para Tavares (2018), à semelhança do trabalho informal, que no fim do século ganhou destaque e foi romantizado pelos fiéis seguidores do capital e do Estado, agora o empreendedorismo parece ser a solução para o desemprego neste século. O empreendedorismo configura-se como uma modalidade de trabalho informal que, sob o manto da autonomia, faz o sujeito empreendedor imaginar que basta ser patrão – às vezes de si mesmo – para ter a chance de mudar de classe social. Tem-se, deste modo, uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, e garantir “ordem e progresso” capitalistas; obscurecendo a figura do trabalhador proletário pondo fim ao sujeito revolucionário. Combate-se o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, resguardado por um contrato que assegure a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados

Carmo et al. (2020) contribuem com a presente discussão contestando os discursos do empreendedorismo, alegando que são pautados por uma racionalidade neoliberal que estimulam a competição e o individualismo, além de outros valores mercantis, camuflando a

precarização e a flexibilização do trabalho. O capitalismo tem a necessidade de se renovar constantemente, e o faz por meio de ideologias que lhe possam conferir sentido; a esta condição atual, denomina-se “neoliberalismo”, cuja a definição dos autores parte de uma racionalidade capaz de estruturar não só a ação dos governantes, como as condutas dos governados.

Consoante a Oliveira et al (2016), a ideologia neoliberal contemporânea trata-se de um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia. Com defesa de um “Estado mínimo”, a tomada de decisões é delegada para o plano privado, com um repasse de serviços básicos estatais para as mãos de empresas particulares, deixando a sociedade sob os auspícios da “eficiência” e da “livre concorrência”. Essa proposta de autonomia deu origem a um sistema que investe para convencer o trabalhador de que subordinar-se ao capital não é a única condição de sobrevivência. E é deste modo que o capitalismo posiciona o empreendedor no centro do crescimento econômico.

Ainda com base em Oliveira et al. (2016), o papel do empreendedor como impulsionador do crescimento econômico atrela-se ao desenvolvimento social e garantia de melhores condições de vida, mas é imprescindível questionar até que ponto ele consegue dar conta desta função, se a prática empresarial está a serviço da ideologia neoliberal, impulsionando novas condutas de precarização do trabalho. Tavares (2018) complementa que, o próprio Estado, na gestão de seus quadros internos, se utiliza de estratégias e políticas de flexibilização, mantendo aspectos organizacionais do Taylorismo e incorporando aspectos do Toyotismo, numa junção de divisão do trabalho, multifuncionalidade e desregulamentação, o que fortalece o princípio neoliberal já absorvido na iniciativa privada.

A esta discussão pode-se mencionar o documentário “Estou me guardando para quando o carnaval chegar” (2019), de Marcelo Gomes, que retrata a realidade da cidade de Toritama, no estado de Pernambuco, que é responsável por 20 % dos jeans fabricados no Brasil. A

produção conta com fábricas denominadas de “facções”, em sua maioria, nos interiores de residências seguindo o modelo de produções em série, nas quais o trabalhador, em muitos casos, é dono da unidade produtiva. Na ausência de uma figura de autoridade ou supervisor, o trabalhador internaliza todas as funções que caberiam a este, gloriando-se de poder gerir o próprio trabalho e o tempo a ele destinado. Contudo, submetido ao capital, cujas regras são inflexíveis, o sujeito autônomo depara-se com o pior dos patrões.

É comum na fala dos moradores de Toritama apresentados no documentário, que o regime de trabalho assalariado, ou como chamam, “fichado” é desvantajoso por contar com um salário fixo, ao passo que o formato de trabalho informal possibilita maiores ganhos, visto que o salário é condizente com o que se produz, no entanto, não percebem como esta ideologia os torna exploradores de si, com jornadas de trabalho que em muitos casos ultrapassam 12 horas diárias, além de não haver aparatos ergonômicos favoráveis à execução de suas atividades laborais.

Tavares (2018) problematiza o empreendedorismo à medida que o gozo da autonomia, apesar de conformar um híbrido entre patrão e empregado, não deixa de ser trabalhador, mas é seduzido pelo capital, cuja finalidade é, além de reduzir os custos da produção, apagar do imaginário social a categoria do trabalhador proletário. Bem como o trabalhador informal, a atividade do empreendedor é regida pela lei do valor, aparentemente o sujeito trabalha para si mesmo, o que significa não ter um empregador; uma novidade orquestrada pela ilusão da autonomia do trabalho, que ampliou o seu grau de abrangência, convocando cada vez mais trabalhadores para se tornarem patrões, fosse de alguém ou de si mesmos.

O empreendedorismo no comércio de comidas de rua no Brasil ganhou visibilidade através da execução de um modelo político regulamentar, que reconhece o comerciante desse segmento, uma vez inserido na estratégia de formalização, a identidade do Microempreendedor Individual (MEI). Pelo Portal do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -

Sebrae (2019), é possível compreender que a política de MEI no Brasil, contempla o empresário com faturamento bruto de, no máximo, R\$ 81 mil ao ano, lhe permitindo ter apenas um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

Uma crítica feita pelo portal da Rede de Jornal Contábil analisa que, ser enquadrado na categoria MEI apresenta benefícios tais como: auxílio-maternidade, direito a afastamento remunerado por problemas de saúde, aposentadoria, isenção dos tributos federais, posse de CNPJ e cobertura da Previdência Social; em contrapartida, possui a grande desvantagem de ter a expansão do negócio limitada tanto em renda, quanto em número de colaboradores, além de limite também no valor de aposentadoria. Caso aconteça de o microempreendedor individual experimentar uma expansão, perde os benefícios, e precisa declarar Imposto de Renda sobre o valor ultrapassado.

Retomando a estrutura do mercado de trabalho no contexto pandêmico, considerando que os polos de venda de comidas de rua normalmente estão localizados em partes privilegiadas das cidades, concentrando-se em locais de maior circulação de possíveis consumidores, faz-se necessário identificar as estratégias adotadas por estes laborais informais, a fim de se manterem ativos. Soares e Lima (2020) apontam que muitos trabalhadores do segmento alimentício, como alternativa para terem seus empreendimentos em funcionamento durante o período crítico da pandemia, intensificaram ou iniciaram a entrega de alimentos para consumo fora do estabelecimento (delivery).

Embora os serviços de delivery tenham se tornado uma solução viável para minimizar a crise do setor alimentício, no entanto, com as mudanças significativas das práticas de higiene, ao adquirir refeições no conforto do lar, através do serviço de delivery, alguns aspectos devem ser salientados como: a higiene do entregador, a recepção do alimento, bem como a higienização adequada da mercadoria recebida. Além disto, muitas pessoas não se sentiram confortáveis em consumir alimentos feitos por outrem, com receio de possível contaminação.

Gimenez (2020) ressalta que é fundamental analisar os potenciais impactos da pandemia à luz dessa trajetória histórica e do contexto de fragilidade e grande desamparo dos trabalhadores e trabalhadoras nesse país. Para que o direito à vida seja concretizado, com respeito à recomendação internacional da OMS do isolamento domiciliar, é preciso garantir condições de proteção desses trabalhadores (as), levando em consideração que suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho já estavam severamente deterioradas e sendo duramente atacadas.

A revisão de literatura apontada neste ensaio enfatiza que as medidas de isolamento e quarentena utilizadas para conter a propagação do novo coronavírus, implicaram na redução da atividade econômica, promovendo perdas para os trabalhadores e as empresas. Com a retomada gradual das atividades econômicas, a reconfiguração dos ambientes de trabalho, somadas a novas práticas de higiene e de contato entre pessoas, o risco de contágio ainda é iminente.

A cidade de Parnaíba, local de realização da pesquisa, é apontada por Rego (2010) como uma cidade de base econômica comercial desde a sua fundação. Com o advento da pandemia de covid-19, a cidade também experimentou a paralisação das atividades consideradas não essenciais, o que abalou fortemente a economia local que, historicamente se constituiu como polo comercial inicialmente de exportação de charque, conhecendo posteriormente outras empreitadas comerciais em torno de produtos derivados da pecuária, da agricultura e de atividades extrativistas em torno de percurso fluvial.

Rego (2010) analisa que a classe dos comerciantes de Parnaíba tomou o caráter de líder incentivador de várias lutas incluindo as que visavam melhorias na infraestrutura da cidade e reformas educacionais, travado ao longo do tempo lutas com as autoridades governamentais para conseguir obras e projetos públicos condizentes com o desenvolvimento almejado para a cidade. Atualmente o comércio visivelmente compreende considerável parcela da circulação de capital na cidade. Informações do Portal da Prefeitura de Parnaíba (2017) situa as atividades

gastronômicas como tendo destaque na escolha de pessoas que desejam obter renda a partir de um empreendimento próprio, utilizando as festividades regionais como uma oportunidade de comercializar os seus produtos.

O referido portal de notícias, ainda no ano de 2017, apresenta outra novidade que passou a ter visibilidade a partir de uma construção que veio a possibilitar maior conforto e comodidade para vendedores ambulantes e clientela: a Praça do Amor que, com a presença de food trucks, é uma adaptação das famosas comidas de rua dos Estados Unidos, onde eles utilizam veículos estilizados e adaptados para produzir e servir refeições. A versão parnaibana conta com a disponibilização de cadeiras e mesas construídas de madeira para que as pessoas possam comer com mais tranquilidade e utilizar o ambiente como meio de interação social.

Anterior à criação do espaço citado, a presença de laborais que retiram o seu sustento do comércio de lanches ou comidas de consumo imediato já era visível nas proximidades de locais com grande circulação de pessoas tais como: feiras, escolas, hospitais, praças e logradouros públicos em geral. Com a necessidade de interromper atividades que pudessem gerar aglomerações no intuito de minimizar as infecções por SARS-CoV-2, muitos trabalhadores do ramo tiveram toda ou parte da sua renda comprometida, em vista da complexidade de se manterem ativos. Ainda que muitos tenham conseguido meios de prover o seu sustento com a mesma atividade, necessitaram de tempo por conta da volatilidade e incerteza das informações diárias sobre a doença ainda enigmática, e também pela dificuldade de redescobrir modos possíveis de dar sequência ao seu fazer.

Foi pensando nesta necessidade de adaptação que buscou-se a partir do presente estudo identificar os sentidos atribuídos ao trabalho pelos vendedores de comidas de rua, e como estes influenciam em sua satisfação no contexto da pandemia Covid-19 em Parnaíba-PI. Por intermédio do olhar destes laborais, propõe-se uma reflexão acerca dos impactos e agravantes que o presente contexto agregou à realidade de informalidade já existente. Trata-se então de

um estudo sobre os desafios, estratégias, percepções e experiências que os referidos trabalhadores experimentaram e ainda experimentam durante o novo cenário.

Antes de dar início à busca por colaboradores para a pesquisa, compreendeu-se a necessidade de conhecer o cenário em questão, deste modo, contactou-se o órgão responsável por fazer o cadastro e controle dos trabalhadores que se utilizam do espaço urbano para fins de comércio. A EMPA - Empresa Parnaibana de Serviços, existe desde 2008 e é responsável sobremaneira pela Administração Pública local, a empresa detém o controle da emissão de alvarás, e gerencia o uso do espaço público.

A empresa atua sobre os mercados e praças, cedendo pontos de comércio em conjunto com a prefeitura local, que é de onde partem os protocolos solicitando os alvarás. Tais informações foram obtidas em um diálogo com a diretora da EMPA, que explicou que a atual gestão não cobra nenhum valor mensal dos vendedores, mas tal acompanhamento existe apenas em função dos logradouros citados, o que dificulta saber em média quantos vendedores informais e ambulantes no ramo alimentício existem na cidade. Mesmo nos locais onde há este controle, não se obteve informações quantitativas.

As informações encontradas na cidade onde foi realizado o estudo carecem de levantamentos específicos sobre a atuação de vendedores ambulantes de comidas de rua tanto em período pandêmico, quanto ao período anterior, mesmo os dados referentes a um quantitativo exato de trabalhadores no ramo não pode ser afirmado por não haver procedimentos que regulamentem a inserção neste ramo alimentício, o que existe são estimativas aproximadas em alguns espaços recentemente regularizados pela prefeitura local, mas que não inibem a expansão de pontos comerciais ao seu derredor. Deste modo, o estudo em questão muito contribuirá para o conhecimento das práticas de comensalidade pública na localidade em menção.

2.3. Atribuições de sentidos ao trabalho

Situado em uma dimensão dinâmica que vem sendo discutida desde o capítulo anterior, o trabalho exige cada vez mais manejo por parte dos diversos atores sociais – seja nas organizações, ou fora delas. Torrico et al. (2022) diferenciam empregabilidade e contrato de trabalho, explicando que o contrato de trabalho “solidifica” uma relação de trabalho com uma organização, enquanto a empregabilidade é a capacidade do trabalhador tendo em vista suas qualificações e habilidades e às oportunidades de vínculo com o mercado de trabalho. Em ambos os casos, o trabalhador frequentemente é confrontado com situações que pedem um novo modo de olhar e de agir, convergindo em mudanças nos sentidos atribuídos à atividade laboral.

A pressuposição do trabalho, com base no já exposto, confere uma dupla relação de transformação entre o humano e a natureza: media a concepção do eu que é atravessada pelo labor e, enquanto categoria histórica, é socialmente organizada com base nas estruturas das interações sociais, determinando-as e sendo por elas determinado. Costa e Gandra (2022) enfatizam a emancipação e a dignidade como os frutos que podem ser colhidos em decorrência da atividade laborativa, por ser capaz de transformar a realidade do meio ambiente mudando as condições sociais do sistema onde a atividade produtiva está inserida.

Tolfo e Piccini (2007) apontam a necessidade de normas derivadas de valores morais relacionados ao trabalho, tais como a ética e sua expressão em direitos e deveres, que atuam como antecedentes dos princípios e condutas sociais associados às crenças sobre os encargos e os direitos do trabalhador – tais normas funcionam como padrões coletivos que balizam as recompensas individuais obtidas através do trabalho e consistem numa percepção geral do que seriam trocas equivalentes entre o que este proporciona e as contribuições do trabalhador ao processo de trabalho.

A atividade laboral, portanto, é repleta de sentidos e significados, é um meio de

subsistência, mas também um meio de vida, por permitir a elaboração de sentidos existenciais e fomentar a estruturação da identidade e da subjetividade. Neste ínterim, o sentido do trabalho pode ser compreendido como um componente da realidade social construída e reproduzida que dialoga com impermanentes situações pessoais e coletivas e influencia as ações humanas e a natureza da sociedade em um dado momento histórico.

Para Bendassoli e Gondim (2014) a compreensão do *sentido* deve ser recolocada em seu contexto de origem, em específico na filosofia e na sociologia, que atribui o *sentido* à concepção individual (órgãos dos sentidos), sendo melhor explanado a partir da distinção de *significado*, entendido como produções coletivas (ações intencionais), nas tradições empiristas e racionalistas, respectivamente. Os referidos autores citam Smith (1997) que, em um artigo de revisão sobre “o problema do sentido na psicologia”, sinaliza quatro grandes abordagens do *sentido*, sendo as duas primeiras representativas das tradições empiristas e racionalistas:

Abordagem da referência, que busca associar o sentido (o signo linguístico) a coisas identificáveis no mundo (os referentes dos signos); 2) a abordagem mentalista, que busca identificar o sentido com conteúdos mentais, representações, imagens, conceitos e proposições; 3) a abordagem contextualista, que busca superar a dicotomia subjetivo-objetivo, ao propor que o sentido deve ser encontrado nas relações entre os usuários da linguagem e seu contexto; e 4) a abordagem dissolucionalista, que propõe o sentido como uma ficção discursiva, uma construção social que retifica determinadas formas de ver o mundo. Na primeira abordagem, o sentido é associado a algo que o corresponde; na segunda, o sentido é dado pelo sujeito cognoscente, ou seja, pela/ na subjetividade; na terceira, ao uso prático; e, na quarta abordagem, sentido é associado ao poder (Smith, 1997, como citado em Bendassoli e Gondim, 2014, p.136).

Bendassoli e Coelho-Lima (2015) analisam que a presente discussão chega à Psicologia através de olhares multifacetados, pois ao passo que alguns teóricos se utilizam indistintamente

das concepções de *sentido* e *significado*, há outros que alinham-se de modo a assumirem a diferença entre os conceitos – os autores apoiam-se na perspectiva sócio-histórica de Vygotski (1993) que diferencia os conceitos de *sentido* e *significado*, mas compreende que ambos compõem uma unidade indivisível mediada pela atividade. Portanto, ambos são tratados como fazendo parte de um mesmo fenômeno e tem sua distinção baseada em considerações teóricas: enquanto *significados* referem-se a narrativas socialmente disponíveis e socializadas sobre um determinado tópico ou objeto, *sentidos* relacionam-se a processos de apropriação/produção singular dos significados.

Vygotski (1993) relaciona pensamento e linguagem com a finalidade de articular a distinção dos termos, segundo o autor, para que uma pessoa domine a função de comunicação, é preciso que ela domine igualmente o significado das palavras, entendido como generalização do signo, pois refere-se às classes de objetos possíveis de serem abarcados pela palavra, quando estes signos são apropriados pelas pessoas, estas, em seus processos singulares, produzem sentidos do que fora internalizado. Desse modo, pode-se compreender que os significados são estáveis e categóricos ao passo que os sentidos a ele atribuídos são instáveis e dinâmicos.

Régis (2021) aponta diversas vertentes sobre o estudo dos sentidos, enfatizando que etimologicamente a palavra *sentido* origina-se do latim *sensus*, que remete à percepção, sentimento, ou ao verbo *sentire*: perceber, sentir e saber. Verifica-se que pode ser adotada como sinônimo de significado, e sua origem remete, sobretudo, à ocorrência de processos psicológicos básicos. Régis cita ainda Tolfo e Piccinini (2007) cuja concepção de significado refere-se às representações que o sujeito tem de sua atividade, assim como o valor que lhe atribui; e destaca a relação entre sentido e trabalho na atual realidade social em uma perspectiva sociológica com base em Antunes (2020), para quem uma vida cheia de sentido fora do trabalho, depende de uma vida dotada de sentido dentro dele.

Colaborando com a discussão, Abbad e Borges-Andrade (2014) versam sobre as

abordagens que passaram a dominar o cenário da Psicologia Organizacional e do Trabalho a partir do último quarto do século XX – abordagens cognitivista e construtivista – tais abordagens possibilitam o entendimento de que o indivíduo trabalhador compreende o que se passa em seu ambiente através de sua percepção e construção de crenças, valores e significados do trabalho, além da autocompreensão e controle de emoções neste mesmo ambiente, o que pode-se traduzir como os sentidos que a ele são dados. A junção de ambos os aspectos intencionam a aquisição, modificação e transmissão de informações: tais estudos contemplam ainda as consequências das ações no trabalho e como elas funcionam para manter os indivíduos motivados, satisfeitos e saudáveis.

Em uma sociedade marcada pela globalização e um mercado competitivo, Gomes et. al (2021) pontuam a existência de desafios de ordem social, econômica e política que tem exigido cada vez mais o desenvolvimento de diferentes competências. No campo do trabalho, o desdobramento de competências é um processo que decorre de mudanças geradas por diferentes estímulos que podem refletir diretamente no comportamento do trabalhador, quando este adere novos hábitos e assimila diferentes artifícios do fazer, mobilizando práticas de interação e flexibilidade frente às suas novas demandas, que sinaliza o quanto, subjetivamente, ele foi atravessado pela constituição de suas experiências.

Pereira e Tolfo (2017) através da perspectiva construcionista social, apresentam os sociólogos Berger e Luckmann (2004) como grandes influenciadores de pesquisadores da Psicologia, definindo o sentido como um fenômeno constituído na consciência humana e produzido a partir da relação entre as experiências – o sentido é, nesta acepção, a consciência de que existe uma relação entre as experiências diversas, um tipo mais complexo de consciência projetado na forma coletiva de padrões de ações no agir social, que se transformam em categorias globais na conduta de vida.

Sendo reflexo das normas e condições que o meio social possibilita ao ser, com a função

de conservar as reservas daquilo que é coletivamente compartilhado, as instituições têm uma importante função no reprocessamento social dos sentidos – sejam elas religiosas econômicas ou políticas; existem para direcionar o agir do indivíduo em diversas áreas de ação e indicar a conduta adequada à vida em sociedade. A postura assumida frente ao trabalho, bem como as suas implicações, são regidas tanto pelo meio quanto pelas significações proporcionadas no contexto das instituições.

Pereira e Tolfo (2017) tomam o dicionário etimológico Harper (2013) e ao analisarem a descrição da palavra no âmbito linguístico anterior à sua formação, remontam os anos 1400 d. C. quando a sua origem referia-se à faculdade da percepção, também concebido como significado, importância e interpretação. A partir dos anos 1560, a palavra “sentidos”, derivada de “sentido”, é definida como faculdades mentais, poderes cognitivos conscientes, sanidade e, desde 1590 é utilizada para faculdades das sensações físicas; em comparação, o termo “significado” é datado dos anos 1300 e utilizado como sinônimo de sentido, importância e intenção.

É perceptível após um breve estudo sobre a etimologia das palavras “sentidos” e “significados” que os termos têm sido utilizados de modo indistinto desde os primórdios da história humana, o que atualmente contribuiu para que essa indiferenciação esteja presente na conceituação dos fenômenos e, conseqüentemente, dificulte o uso e o entendimento destes. Na Psicologia, área de interesse deste estudo, pode-se afirmar que não há consenso a respeito da utilização dos termos *sentidos* e *significados do trabalho*, embora algumas pesquisas busquem dirimir confusões conceituais, diferenciar e definir conceitos, bem como determinar qual a perspectiva adotada em seus estudos.

Gondim e Borges (2020) explicam que os conceitos estão interrelacionados e auxiliam a criar vínculos com as atividades que são realizadas, principalmente aquelas que são remuneradas: ambos os conceitos dizem respeito à subjetividade humana, compreendida como

a forma de vinculação com o mundo e revelam-se também como manifestações singulares e socioculturais, supondo que a interação humana é mediada por múltiplos símbolos culturais incorporados e processos de socialização distintos. O trabalho, neste ínterim, pode ser encarado como dignidade e humilhação, saúde e adoecimento ocupacional, prazer e sofrimento, sustento econômico e dureza de enfrentamento; e outras dicotomias que expressem a experiência subjetiva dos seres em sociedade.

Em contraposição à indiferenciação dos termos em Psicologia de um modo mais amplo, na perspectiva do sentido do trabalho, Bendassoli e Gondim (2014) apontam que, talvez pela forte influência que diversas correntes qualitativas têm exercido na psicologia social brasileira e, por conseguinte, na psicologia social do trabalho, priorizam-se investigações da experiência subjetiva dos sujeitos com o trabalho, trazendo à baila o *sentido* como parte de suas vivências e singularidades: nesta perspectiva, mediante entrevistas narrativas, o sujeito é levado a rememorar incidentes ou aspectos críticos da construção de sua visão do trabalho, sem muitas vezes incorporar, tanto no modelo da pesquisa como nos procedimentos de interpretação, a relação com o contexto social e cultural nos quais o trabalhador está inserido.

Tais colocações faz atentar para a necessidade de, enquanto pesquisadores, a história de vida dos sujeitos sejam articuladas em seus devidos parâmetros: uma dimensão subjetiva, e outra social, pois na tentativa de caracterizar o contexto em que o sujeito se encontra imerso, pode-se não se ter o cuidado devido, resultando estudos entrecortados sobre significados e sentidos do trabalho. É nesta interpretação que o presente estudo aborda o significado do trabalho, pois mesmo tendo como foco o sentido atribuído de acordo com a importância dada à atividade laboral pelo viés da subjetividade, compreende-se a relevância de situar os seres sociais em um momento histórico mediado pelo seu fazer.

A julgar pelo atual cenário histórico, Gondim e Borges (2020) concordam que as medidas relacionadas ao isolamento social para conter a velocidade de transmissão da Covid-

19 no período crítico da pandemia ajudaram a ampliar o alcance do redimensionamento espaço-temporal, impondo novos desafios ao trabalhador e às empresas. O lar passou a ser, para muitos, o lugar de trabalho, cada sujeito foi afetado em diferentes níveis não apenas em âmbito pessoal, mas também tem feito com que o trabalhador reveja os sentidos do seu trabalho, colocando à prova a sua capacidade de regular as emoções.

Conforme já fora exposto, os sentidos do trabalho apresentam forte relação com o contexto, em concordância com esta concepção, pode-se mencionar a pesquisa realizada por Coelho (2022) sobre as intempéries das trabalhadoras informais vendedoras de acarajé em função da pandemia ainda vigente. A autora problematiza que, em um período de crise sanitária e de fome, além de o trabalho não ser capaz de suprir as demandas mais básicas, não houve fornecimento de um auxílio emergencial decente, ou a suspensão das taxas de licença cobradas para a utilização dos espaços públicos, o que levou diversas baianas até a abandonarem o seu tabuleiro de vendas. Ressalta-se ainda que, o acarajé sempre esteve envolto na tradição e na fé, por ser considerado sagrado na crença da maioria das vendedoras que participaram do estudo, mas em função do contexto, a sua venda nas ruas de Salvador se transformou em um simples atributo de economia e sobrevivência.

É perceptível através dos relatos de pesquisa aqui discutidos, o quanto o trabalho, no presente contexto, tem sido singularizado pela via da incerteza e fragilidade da vida, para além de uma conjuntura que já apresentava um quadro cumulativo e alarmante de informalidade, desemprego e precariedade laboral no mercado de trabalho brasileiro. A crise sanitária, econômica e social reafirmada pela pandemia expõe a contraditoriedade de se ter uma maior necessidade de intervenções estatais e do fortalecimento de políticas públicas para o enfrentamento da crise, à que se presencia a falência dos sistemas de proteção sociais mais requisitados no contexto da pandemia.

Raichelis e Arregui, (2021) anunciam que a crise econômica e a explosão da pandemia

do coronavírus geraram impactos na população que necessita do seu trabalho para sobreviver, ampliando o empobrecimento e miserabilidade da classe trabalhadora, e grande parte desse contingente foram desempregados e informais – a pandemia do novo coronavírus não é responsável pela emergência da crise contemporânea, mas certamente exacerbou os traços mais perversos de uma crise social de grandes proporções, tornando mais tangíveis e mais visíveis processos que já estavam em desenvolvimento.

Para Antunes (2020), além da precariedade e crise em questão, a pandemia da Covid-19 antecipou três características do futuro do trabalho: a) a exploração da força de trabalho como dependência fundamental do capitalismo; b) a expansão do trabalho uberizado, no qual as empresas exploram os trabalhadores, sem vinculação legal, através de plataformas digitais; c) o crescimento do trabalho digital – teletrabalho, home office e trabalho em EAD. As novas tecnologias de informação e comunicação possibilitaram a produção e realização de diversas atividades não apenas de trabalho, mas também de sociabilidade e lazer em espaços e tempos distintos, pois, no que tange ao trabalho, comumente o tempo a ele destinado se estende para além da jornada contratada.

Santana e Amparo-Santos (2021), por exemplo, realizaram um estudo etnográfico com vendedores de comidas de rua em contexto baiano e concluíram que a atividade muito comumente replica situações que perpetuam uma problemática global: a imersão na informalidade como alternativa de sobrevivência e a construção de estratégias para negociar o espaço público. O comércio de comidas concilia trabalho árduo, conhecimento específico, experiências e técnicas culinárias, além de astúcias desenvolvidas no cotidiano das relações comerciais, e em muitos casos a força produtiva familiar. Este regime laboral naturalmente já apresenta percalços e dedicação de tempo, pois mesmo que haja a possibilidade de gerir os próprios horários, o preparo dos alimentos requer a doação de um tempo de vida do trabalhador, muitas vezes abstraído do cuidado com a saúde e lazer, o que no período de

isolamento social foi ainda mais visível a partir das novas demandas.

Com o intuito de lançar o olhar sobre as repercussões da Covid-19 em uma classe específica de trabalhadores e suas percepções sobre os sentidos e valores do trabalho, a Fio Cruz (2020) promoveu o Projeto Respiro, para trilhar caminhos de compreensão dos sentidos de vida e de trabalho, dos processos de sofrimento e (re)-existência dos trabalhadores de saúde em tempos de pandemia. O Projeto era destinado a contribuir com o processo formativo de trabalhadores da saúde e profissionais interessados em aprofundar o tema do trabalho em saúde na contemporaneidade, ao compartilhar e sistematizar um patrimônio da experiência coletiva do trabalho.

O curso intencionava analisar as dimensões constitutivas do campo do trabalho em saúde, tendo em vista as novas penosidades que emergem como efeito de políticas de gestão e de organização do trabalho, incidindo sobre as condições de proteção à saúde e de segurança do trabalhador. Com o mapeamento de documentos, artigos científicos, textos da mídia, denúncias, acompanhamento de perfis públicos nas redes sociais, interações em fóruns de discussão, rodas de conversa e entrevistas, o objetivo principal centrava-se no eixo dos sentidos e valores do trabalho, no qual, a partir das condições de emergência e os efeitos dos discursos sobre o trabalho e os trabalhadores da saúde no contexto da pandemia de Covid-19 visava mobilizar a desconstrução dos processos de subjetivação e enquadramentos que limitam e constroem outros possíveis modos de existência na vida e no trabalho no mundo pós-pandemia.

Estudos e propostas semelhantes a que fora acima apontada, tornaram-se frequentes e extremamente relevantes no período pandêmico, uma vez que atentou-se para as demandas sobre os trabalhadores que estão na linha de frente no enfrentamento ao ainda tão temível vírus, pelo seu potencial de contágio. Os profissionais da saúde, em sua totalidade, por exemplo, no que tange à situação atual global, foram ainda mais requisitados, para, além dos serviços

prestados, estarem à frente da perda de controle sobre os acontecimentos e o contato direto com a sensação de vulnerabilidade, estando suscetíveis a grandes consequências psíquicas e cognitivas, sofrendo elevação do nível da carga emocional no ambiente de trabalho, além do desgaste físico e mental.

Silva et al (2020) enfatizam que a pandemia acentua e marca um cenário de contradições socioeconômicas preexistente. Desta forma, a vulnerabilidade ocupacional associada à atividade informal pode ser vista como um processo de condições cumulativas que variam ao longo do tempo e no espaço, efeito da reprodução do sistema social. No entanto, pouco se questiona a respeito do contexto atual de saúde, que direciona a algo já construído anteriormente, pois a informalidade apresenta aspectos que podem provocar o desenvolvimento de alterações na saúde mental dos trabalhadores, devido à incerteza sobre a situação de trabalho, à ausência de benefícios sociais e à proteção da legislação trabalhista – o que apenas foi intensificado pela pandemia.

Os trabalhadores informais têm enfrentado a pandemia da Covid-19 em condições sociais desfavoráveis, atrelada principalmente às alterações nas concepções do trabalho. Penha, e Villardi (2017) apontam a alta complexidade da atribuição de sentidos ao trabalho visto que a própria identidade das pessoas muitas vezes se confunde com o seu trabalho, assumindo uma posição de centralidade na vida do sujeito, pois o trabalho além de prover o sustento, também atua na estruturação da identidade e subjetividade como o sentido dado à experiência vivida por cada indivíduo. Deste modo, considerando as diversas transformações pelas quais passam as relações de trabalho contemporâneas, vários autores vêm investigando as implicações dessas mudanças para os sentidos atribuídos ao trabalho, pois as mudanças que afetam o labor refletem nos aspectos pessoais.

Conforme Silva et al (2020), na construção da identidade, os aspectos subjetivos são destacados, pois o sentido que se atribui ao trabalho pela perspectiva da subjetividade considera

o que é tomado pelo próprio sujeito. A construção de sentido ocorrerá no perpasso das vivências, pois um trabalho com sentido também favorece experiências de relações humanas satisfatórias ao estabelecer contato entre as pessoas, e contribuir com a formação de suas identidades. A importância de revelar essa subjetividade do indivíduo reside na interação entre a subjetividade e o trabalho, e na busca por compreender os modos como os sujeitos vivenciam e dão sentido às experiências do trabalho sob uma perspectiva individual, com o fundamento de que a constituição de sentido está nas vivências subjetivas.

A ambivalência do trabalho de ser meio para condições mais dignas de vida e de formação identitária ao mesmo tempo que imprime possíveis coerções reais e simbólicas, que afetam pessoalmente o sujeito do trabalho por motivos de exploração, ou submissão de seus desejos pela função primordial do trabalho de subsistência, afeta o ser imerso em um contexto de instabilidade socioeconômica agravada pelas iniciativas restritivas de controle dos efeitos pandêmicos. A necessidade de soluções minimamente razoáveis engloba os efeitos pós isolamento social, pois ainda se observam incertezas às referidas demandas no quesito de oferecer um olhar mais sensível ao trabalhador que luta não apenas por suas necessidades básicas, mas se constitui pelo fazer.

A revisão de literatura feita por Vasconcelos (2021) com o objetivo de analisar os desafios e perspectivas do trabalho, tomando como divisor o fenômeno da pandemia, além de discutir seus impactos e o efeito sobre a precarização existencial das relações laborativas, conclui que as relações de poder demasiadamente assimétricas tendem a asfixiar o sujeito em um nível tal que os “ausenta” da própria relação da qual faz parte, por sua posição de vulnerabilidade e hipossuficiência, dando azo a um conformismo servil, debilitando-os pela desesperança, esgotamento do ânimo de luta e alimentados por uma passividade involuntária e pela manipulação sorrateira da personificação abstrata nos discursos cotidianos.

Tais manifestações são abordadas por Gondim e Borges (2021) através da nomenclatura

de *regulação emocional*, inserida em um processo denominado de autorregulação envolvendo o pensamento, a emoção e a ação – a autorregulação é compreendida como um processo psicológico ativado, com pouco controle consciente mas que é passível de desenvolvimento quando o sujeito está diante de estímulos emocionalmente relevantes. Regular uma emoção, neste sentido, significa tentar alterar, de alguma forma a emoção, o seu momento e a intensidade, o que não é fácil, pois o humano tende a ter pouca tolerância às emoções e aos sentimentos considerados negativos.

Costa e Ferreira (2020) apresentam um estudo cujo objetivo consiste em descrever os sentidos atribuídos ao trabalho e às vivências de prazer e sofrimento na percepção de jovens trabalhadores-estudantes no ambiente desse processo de subjetivação: os autores defendem que há uma reunião entre sentimentos experimentados, vivências e expectativas de cada um, concepções de sobrevivência ou subsistência, inserção social, sentimento de utilidade, ou ainda o sentido sendo reduzido a uma atividade remunerada, como fora sinalizado pela maioria dos respondentes. Quando questionados sobre o que um trabalho precisa ter para fazer sentido, os autores destacam falas dos participantes sobre a identificação com a tarefa realizada e a satisfação proporcionada pelo trabalho e o desenvolvimento profissional, além dos objetivos e das metas bem estabelecidos.

Sousa et al (2021), na tentativa de compreender a experiência vivida e orientada pelo discurso no período pandêmico, direcionaram o olhar para novos sentidos de vida que mobilizaram certezas, atitudes e convicções, bem como o desejo de mudança, apontado pelos participantes ao reconsiderarem as possibilidades mediante a vivência da pandemia e os rompimentos e impactos por ela causados. A compreensão de estar no contexto da pandemia foi expressa a partir da personalidade de cada ser, constituída por seus afazeres, modificações da rotina, do trabalho, dos sentimentos e das relações humanas, envolvidas por um cenário de feitos que fazem parte da cotidianidade desse ser junto à sua própria organização diária.

A esta compreensão de sentidos de vida alterados pelo contexto, Lemos et al (2020) acrescentam que, para os trabalhadores que laboram além dos limites de jornada e das suas capacidades o sofrimento é potencializado diante das condições particularmente precárias em que se ativam, por serem obrigados a metas intangíveis diariamente, obrigados a custear o instrumental necessário para realização de seu trabalho, em contraposição com trabalhadores qualificados que enfrentam dificuldades em uma organização que os resguarde em direitos trabalhistas.

Conforme Ramos (2015, como citado em Ferreira et al., 2020), a satisfação pode estar associada tanto ao grau de afetividade quanto à função que é desempenhada pelos trabalhadores; a sensação agradável e positiva atribuída ao trabalho sugere a capacidade que muitas pessoas têm de permanecerem na atividade, por se tratar de condições que as deixam felizes em suas funções. Assim, a satisfação em contexto laboral se apresenta como primordial para a vida pessoal, tendo em vista que as ações frente à vida são estabelecidas por situações de ordens diversas, e o bem-estar é uma condição que promove atitudes positivas de enfrentamento.

Há um conjunto de fatores que afetam e alteram os sentidos atribuídos ao trabalho: a valorização de si, frequentemente ultrapassa o reconhecimento e a autorrealização laboral, o que é inacessível quando a experiência do fazer não lhe proporciona aspectos renovadores – o sujeito se vê frequentemente em uma posição de sofrimento profundo, podendo sentir os reflexos disto em suas dimensões físicas e psicológicas. É por compreender as dificuldades e limitações advindas do ainda presente cenário pandêmico, pós-isolamento, que o presente estudo lança o olhar para o o trabalhador que por vezes não visualiza a possibilidade de fala e escuta de suas experiências vividas, sobretudo para tratar de questões referentes aos sentidos atribuídos a algo que vai além de sua necessidade instrumental e de manutenção de vida, sendo capaz de promover tanto satisfação, quanto sofrimento.

Martins et al. (2018) apresentam uma pesquisa qualitativa com pessoas que possuem trabalhos que não carecem de qualificação acadêmica; os participantes ao serem questionados sobre qual o sentido do trabalho destacaram a utilidade – expressaram que o trabalho possui sentido quando se torna útil para as pessoas, deste modo, o trabalhador é capaz de mostrar a sua utilidade através do seu trabalho; outros relatam ainda que o sentido do trabalho encontra-se em “ocupar tua mente” e dignificar, remetendo à ideia de que o ócio é oposto à ideia de dignidade proporcionada pelo fazer laboral. Assim, os entrevistados demonstraram que suas atividades proporcionam sentido por intermédio da utilidade pessoal e social.

A importância de revelar a subjetividade do indivíduo reside na apreensão de valores e concepções do trabalho que são estabelecidos durante todo o processo de desenvolvimento pessoal, tendo efeito durável na personalidade, mas que é suscetível de mudanças e adaptações nas diferentes etapas da vida e em situações sociais distintas. O sentido do trabalho tem, portanto, influência nas formas de realizar a atividade laboral e na produtividade dos trabalhadores por afetar crenças legitimadas ao longo de sua existência ao compreender os modos de vivenciar cada experiência, ainda que atravessada pelo meio, sob uma perspectiva individual.

2.4. A satisfação no trabalho enquanto um construto dependente

Situando historicamente o conceito de *satisfação no trabalho*, Brostein et al (2020) relacionam às primeiras décadas do século XX, quando Frederick Taylor (1919) considerava que a satisfação no trabalho dizia respeito à capacidade do trabalhador em cooperar com a gerência, visando o atendimento de seus interesses pessoais. Outros postulados datados da mesma época, compreendiam aspectos tais como a fadiga e o salário com potencialidade para influenciar na satisfação e na produtividade. O pensamento taylorista, a partir desta análise, compunha a crença de um pensamento administrativo que surgia com base na consolidação de uma lógica positivista e de mercado, reforçando as estruturas burocráticas como forma de organização mecânica do trabalho humano com foco na produtividade e geração de lucro.

Conceitos para além da lógica de mercado também são apontados pelos autores já referenciados, ao considerar a satisfação de forma a ser reconhecida como um processo que sofre influência de conteúdos mentais anteriores; com base na definição de Locke (1969), cuja afirmativa está centrada no uso da bagagem individual de cada ser, assim como de um conjunto de crenças e valores para avaliar o seu trabalho, resultando daí um estado emocional que, se agradável, produz satisfação; se for desagradável; levará à insatisfação. A partir de tal assertiva, compreende-se a satisfação no trabalho através da perspectiva individual cuja natureza é afetiva, ditada por um processo mental de avaliação das experiências do sujeito no trabalho, resultando em uma tendência que orienta o comportamento.

Viana (2021), utilizando o repositório acadêmico ProQuest, encontrou 24.390 materiais acadêmicos através do termo de busca “satisfação no trabalho” e 1.967.402 resultados com as palavras “job satisfaction”. Analisando o tipo de material encontrado, o autor data o final dos anos 1930 como o período em que a diversidade de pesquisadores e cientistas sociais buscava entender as várias facetas envolvidas na experiência de trabalho, o que tornou o conceito uma mistura de conhecimentos correlacionados. Nas décadas de 1940 e 1950 o foco das pesquisas

era catalogar as variadas características do ambiente de trabalho e dos funcionários que influenciam os diferentes níveis de satisfação no trabalho, além de um esforço para estudar a previsibilidade das diferentes formas de desempenho no trabalho por meio da satisfação do empregado.

Ainda com base nos achados de Viana (2021), sendo a satisfação no trabalho o meio predominante para entender as experiências dos funcionários, as pesquisas posteriores versavam sobre os preditivos da satisfação, ou seja, no desempenho, na mensuração e no desenvolvimento de teorias sobre o surgimento da satisfação. Foi apenas na década de 1960 que tais pesquisas foram abordadas pelos psicólogos sem um olhar empirista da satisfação no trabalho e começaram a associar construtos da satisfação, tornando as posições sobre o tema mais teóricas e subjetivas.

Abbad e Borges-Andrade (2014) problematizam que apesar da quantidade de estudos que já se propuseram a examinar a *satisfação no trabalho*, poucos são os esforços e raros os debates feitos no intuito de apresentar uma definição mais consensual sobre o conceito. Os autores complementam que no século passado houve uma tendência para defini-lo como conceito de base afetiva representante de reações emocionais ante o trabalho e experiências nesse contexto; dos estudos realizados, o que mais influenciou os pesquisadores foi a definição oferecida por Locke (1976, p. 1.300), que a concebe como “[...] um estado emocional positivo ou de prazer resultante de um trabalho ou de experiências de trabalho.”.

Esteves e Freitas (2019) também defendem a ideia sobre o construto introduzido por Locke (1976) ainda ser uma das mais importantes na literatura, fazendo com que a satisfação no trabalho passe a ser entendida como um estado positivo ou agradável resultante da avaliação do trabalhador referente às suas experiências laborais. Os níveis de satisfação e insatisfação apontados pela teoria, portanto, podem diferir dentro de uma mesma organização ou ocupação em função das diversas percepções e dos valores atribuídos ao trabalho. Deste modo, a

satisfação no trabalho é uma variável de natureza afetiva constituída em um processo mental de avaliação das experiências no trabalho, influenciado por conteúdos mentais tais como: crenças, valores, fatores disposicionais, moral e possibilidade de desenvolvimento no trabalho.

Abbad e Borges-Andrade (2014) corroboram com o pensamento de que a satisfação fala dos efeitos do trabalho sobre a saúde mental do trabalhador, da relação entre trabalho e vida familiar e até da interação entre o trabalho e os vínculos afetivos pessoais. No que diz respeito à informalidade laborativa, Leibante (2008) explica que, o trabalho informal que antes era sinônimo de atraso, subdesenvolvimento e periferia, aparece cada vez mais como sinônimo de modernidade por ser vislumbrado como solução frente ao desemprego, assim sendo, as diferentes concepções de trabalho informal implicam diretamente na satisfação por estar enquadrado neste mercado.

Pedroso (2020) discute os efeitos sociais da pandemia de COVID-19 que deram visibilidade ao crescimento das desigualdades sociais devido ao aumento do desemprego em suas múltiplas formas, em especial, dos trabalhadores precários “dependentes” ou “independentes” da economia formal e da informal, por não gozarem do subsídio de desemprego, por ausência de uma relação laboral formal ou por não ter o número de dias de contribuições suficientes para cumprirem o período de garantia do regime de segurança social vigente, visto que grande maioria dos referidos trabalhadores por vezes, também não tem direito a qualquer outra prestação social dos regimes de proteção social de cidadania, salvo os apoios eventuais da ação social pública ou de entidades do terceiro setor.

Presente no setor terciário da economia, o mercado de trabalho informal conta com diversas possibilidades de inserção, dentre estas possibilidades destaca-se o comércio de comidas no meio urbano, um ramo em crescimento, no qual encontra-se uma variedade de alimentos para consumo imediato e que tem se utilizado das ruas, calçadas, passarelas das grandes avenidas e locais de concentração populacional, como espaços de geração de renda. A

criação de novos postos de trabalho na esfera do comércio informal possibilita pensar sobre a legitimidade destes atores na ocupação não apenas de um nicho econômico, mas do próprio espaço público.

A satisfação no trabalho é definida por Santos (2019) como qualquer combinação de perspectiva psicológica, fisiológica e ambiental que expresse o quão satisfeito com o seu trabalho o indivíduo está, e que mesmo podendo ser influenciada por fatores externos é proveniente de algo interno, relacionado ao modo de sentir, e por isso enfatizada com o um estado emocional prazeroso, resultante das experiências no trabalho. Em suma, a satisfação no trabalho refere-se à resposta emocional frente às condições físicas e sociais evidenciadas nos locais e tarefas de trabalho. Em um momento histórico sem precedentes, o qual se configura a pandemia vingente, é possível que um trabalhador informal que se encontrava satisfeito com a sua ocupação, por qualquer um dos motivos anteriormente citados, no momento presente esteja em conflito sobre esta questão.

Corroborando com Roubicek (2020), trabalhar informalmente durante uma crise se apresenta como um desafio, uma vez que não há respaldo legal da garantia de direitos. Isso significa que, caso um trabalhador informal seja despedido, ele ficará sem acesso ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e ao seguro-desemprego. De igual modo, em situação de adoecimento ou da necessidade de ficar em quarentena por ter tido contato com alguém que foi contagiado, o trabalhador não tem garantias legais, como a licença médica remunerada: isto faz com que ele encontre-se no dilema de sair para trabalhar e correr o risco de contaminação ou privar-se do risco e não ter como prover o sustento familiar.

Partindo de uma análise teórica sobre o trabalho informal no Brasil, uma pesquisa realizada por Zorzo e Sousa (2021), proveniente da percepção de uma imposição do novo cenário com condições de trabalho ainda mais precários, destaca o “corre” popular urbano e o seu processo de produção de sentidos com base em relatos dos próprios trabalhadores dessa

modalidade. No tocante às trajetórias e experiências na informalidade, foi constatado que no mundo do trabalho busca-se por autoconstrução e valorização; a adoção de novos sentidos mostrou-se possível, o que foi expressado por meio do processo criativo e da determinação. Além disto, foi dada ênfase à expressão popular “se virar” para enfrentar as dificuldades.

Sendo a satisfação no trabalho um conceito complexo e subjetivo que perpassa as percepções e vivências próprias do indivíduo, cada ser possui uma diferenciação do conceito para si, todavia, quando se relaciona satisfação no trabalho com as condições sociais e de contexto, internalizadas na atribuição de sentidos do trabalho, pode-se pensar sobre tensões individuais e coletivas a respeito de um mesmo grupo de trabalhadores. Tomando por exemplificação a pesquisa citada anteriormente, é possível perceber o caráter dualístico da informalidade, sobretudo em um contexto de crise, pois a criatividade e a liberdade na execução do fazer laboral ao mesmo tempo que expressa um benefício, é também um imperativo.

Martinez e Paraguay (2003) observam dois aspectos considerados como componentes da satisfação no trabalho: a) um componente cognitivo, que diz respeito ao que o indivíduo pensa, bem como as suas opiniões sobre o trabalho; b) um componente afetivo ou emocional, que revela o quão bem uma pessoa se sente com o seu trabalho, sugerindo que a satisfação no trabalho está atrelada a este contexto, seja baseada parcialmente no que uma pessoa pensa e parcialmente no que sente. Portanto, a satisfação no trabalho também pode ser definida como um sentimento experienciado pelo trabalhador em resposta à situação total do seu trabalho.

A definição de Locke (1969) para insatisfação no trabalho, é traduzida por Martinez e Paraguay (2003) não como um fenômeno distinto da satisfação no trabalho, mas a de seu oposto semântico: ambas representam os dois extremos de um mesmo fenômeno. A satisfação no trabalho, neste âmbito, está associada aos melhores níveis de bem-estar e saúde psicológica do indivíduo: em termos organizacionais ter empregados satisfeitos com o trabalho diminui o

absenteísmo e aumenta a produtividade e o desempenho; em termos laborais, o trabalhador por conta própria assegura o seu rendimento de forma menos adocedora.

Lima (2019) apoia as bases teóricas de sua compreensão sobre a ideia de satisfação proposta por Locke na relação entre “valores” e “metas”, no qual os valores estão relacionados à importância que a pessoa atribui à meta que deseja alcançar e a meta retrata o objetivo desejado: nesta perspectiva corrobora com a ideia de que a satisfação no trabalho seja uma função da relação percebida entre o que um indivíduo quer de seu trabalho e o que ele percebe que está obtendo do mesmo. O resultado dessa relação pode ser desprazerosa, quando esse vai ao encontro do que ele desvaloriza, ou prazerosa, quando o trabalho vai ao encontro do que o indivíduo valoriza. Portanto, a satisfação está intimamente ligada à produção de sentido pessoal do trabalho.

O campo de intersecção entre a satisfação no trabalho e os sentidos a ele atribuídos reside na compreensão moderna de que o trabalho tem função central na vida humana e que este é dotado de emoções. Lima (2019) contribui com a presente discussão na afirmativa de que no início do século as emoções eram reprimidas do ambiente profissional, pois os funcionários não eram vistos como pessoas com necessidades complexas que precisavam ser preenchidas para que pudessem ter uma performance adequada no trabalho, o que prevalecia era o controle do humano no trabalho e a sua submissão, o que atualmente é comutado pelo reconhecimento de que gerir as emoções pode proporcionar maiores níveis de satisfação, tanto pessoal quanto profissional.

Silva, Vilarindo e Souza (2019) citam Terra (1999) ao definir as emoções como reações físicas, imediatas e coordenadas pelo cérebro, que auxiliam na sobrevivência humana em casos de adversidades. A emoção, em sua etimologia, carregam o sentido de moção, movimento, ação, ou seja, uma exteriorização dos sentimentos sobre algo ou alguém. As emoções são, neste ínterim, aspectos naturais que, mesmo se tratando de uma conduta orgânica que acontece por

influência de fatos externos ao indivíduo, também decorre de aspectos físicos e psicológicos. Com as crescentes exigências do mercado do trabalho, o estudo das emoções com ênfase na satisfação tornaram este um tópico atual e relevante para os psicólogos, administradores e para os próprios trabalhadores.

A este respeito pode-se citar o estudo qualitativo realizado em Salvador-BA por Portela e Machado (2019), cujos participantes eram consumidores e/ou conhecedores da taboca (um quitute típico da região) e um vendedor do produto, este último sendo submetido a uma entrevista semiestruturada sobre o cotidiano de vendas, momento no qual revelou que a sua satisfação para com o seu trabalho era maior aos finais de semana, pois nestes dias, a feira, seu ponto de vendas, estava mais movimentada e contava com sonoridade de instrumentos musicais típicos por parte de outros vendedores que, somado à taboca, acessava memórias positivas dele e dos consumidores, favorecendo a relação. Tal percepção fez com que ele próprio, vez ou outra, tocasse triângulo pelas ruas.

A hipótese de Zorzo e Sousa (2021) sobre a possibilidade de que, apesar das dificuldades presentes no “correr”, há um forte componente de satisfação pessoal com a autonomia do processo criativo do trabalho informal, pode ser observado por meio do relato anterior e por três fatores ético-políticos elencados pelos próprios autores: a) os relatos dos próprios trabalhadores; b) a relevância econômica dessa produção laboral informal para a sociedade como um todo; e c) o processo de produção de sentidos na informalidade. Os autores enfatizam ainda que, há uma consciência individual e coletiva sobre as atividades informais que se desenvolvem a partir das relações tornando possível a gênese de concepções diversas sobre as atividades laborais, constantemente alteradas devido à dinâmica urbana e social.

Com base no exposto, o presente estudo busca identificar os sentidos atribuídos ao trabalho por parte de trabalhadores informais do setor alimentício e a sua interlocução com a satisfação pelo fazer cotidiano, tudo isto vivenciado no contexto pandêmico de Parnaíba-PI.

Por intermédio do olhar destes trabalhadores, propõe-se uma reflexão acerca dos impactos e agravantes que o presente contexto agregou à realidade de informalidade já existente. Trata-se então de um estudo sobre os desafios, estratégias, percepções e experiências que os referidos trabalhadores experimentaram e ainda experimentam durante o novo cenário, além de tentar sinalizar a forma como estes têm atribuído sentidos à sua atividade laboral e como este aspecto se expressa em sua satisfação.

3. OBJETIVOS

3.1. Geral

- Analisar e identificar, no contexto da pandemia Covid-19, os sentidos atribuídos ao trabalho e a sua interlocução com a satisfação, por parte dos vendedores de comidas de rua em Parnaíba- PI.

3.2. Específicos

- Explorar a trajetória que conduziu os vendedores de comidas de rua ao seu atual fazer laborativo e apreender aspectos de suas vivências que os mobilizam para a atividade;
- Perquirir os processos regulatórios dos modos de pensar, agir e sentir frente ao trabalho;
- Compreender a multidimensionalidade e dinamicidade das interações pessoais e ambientais que, associadas ao trabalho, fundamentam os sentidos do fazer dos vendedores de comidas de rua;
- Perceber as implicações do contexto pandêmico na dimensão subjetiva do trabalho e nas vivências das atividades realizadas;
- Compreender a satisfação laborativa sob a percepção dos vendedores de comidas de rua parnaibanos.

4. Método

4.1. Delineamento

Trata-se de uma investigação com abordagem qualitativa e de natureza exploratória. Tal delineamento parte das concepções de Gerhardt e Silveira (2009) ao explicarem que a pesquisa de abordagem qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais; e enquadra-se em uma pesquisa de natureza exploratória por concordar com Gil (2007), ao afirmar que este tipo de estudo proporciona uma maior familiaridade com a temática, com vistas a torná-la mais explícita, e possibilitar a construção de hipóteses, embora não se possa fazer generalizações conclusivas.

4.2. Participantes

O grupo de entrevistados foi composto por 10 vendedores de comidas de rua; os participantes têm idade entre 19 e 57 anos, sendo 7 mulheres e 3 homens; 5 dos respondentes são casados ou conviventes, 4 solteiros, e 1 divorciado – questão intimamente relacionada com a participação na renda familiar, pois os que disseram ser casados compreendem que têm contribuição média de 50% por trabalharem em conjunto com os seus parceiros, os que disseram ser solteiros variaram entre 15 a 25% de contribuição, pois auxiliam em casa, mas não assumem o papel de mantenedores e o participante com estado civil divorciado assume completamente a renda por morar só; a respeito do nível de escolaridade, 4 concluíram o ensino médio, 1 concluiu apenas o ensino fundamental, 1 tem formação superior, 2 estão com o curso superior em andamento, e 1 não concluiu o ensino fundamental; 6 participantes são proprietários e 4 são funcionários; dos 10 participantes, apenas 6 já tiveram experiência com o trabalho formal, e destes, apenas 3 foram no ramo alimentício.

No intuito de melhor abarcar elementos que sejam próprios da classe trabalhadora em

questão e sem especificação prévia do possível número de participantes a ser encontrado, foi proposta a utilização do método do ponto de saturação na pesquisa, sustentando-se em Minayo (2017) ao afirmar que as informações prestadas por pessoas implicadas em um tema de pesquisa podem representar o conjunto quando determinadas condições forem observadas, valorizando-se a fala de cada indivíduo, mas não de forma absoluta. No entanto, o quantitativo de trabalhadores que se dispuseram a contribuir com o estudo foi abaixo do desejado, tal dificuldade deu-se em função de dois fatores: 1) a excessiva carga horária dos trabalhadores que não apresentaram horários possíveis à realização da entrevista, ainda que o tempo necessário não fosse extenso, e 2) o receio de que se tratasse de algum tipo de fiscalização, mesmo que o Termo de Consentimento Livre Esclarecido explicitasse tratar-se de uma pesquisa com fins acadêmicos.

4.3. Instrumentos

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada acompanhada de um questionário sócio-demográfico para a caracterização dos participantes. A opção pelo tipo de entrevista baseia-se em Gerhardt e Silveira (2009) por apontarem que nesse modelo de entrevista o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite que o entrevistado discorra livremente sobre os assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. Foi utilizada ainda a Técnica da Associação Livre de Palavras (TALP), tendo como palavras de estímulo *Sentido do trabalho* e *satisfação no trabalho*.

As perguntas contidas no questionário sociodemográfico disponibilizado via link do *google forms* versaram sobre o que era pertinente ao interesse da pesquisa, deste modo, foi questionada a idade, sexo, estado civil, nível de escolaridade, contribuição média na renda familiar, a relação com o negócio - se eram proprietários ou funcionários no ponto de vendas,

a experiência com o trabalho formal e em caso afirmativo, se tais experiências compreenderam o ramo alimentício. Salienta-se que tais informações não têm por finalidade estabelecer comparativos entre os participantes.

Quanto ao roteiro de entrevista semiestruturada, foi composto por 10 perguntas para conhecer aspectos tais como: 1) entrada no comércio de comidas de rua; 2) experiências prévias de trabalho; 3) mudanças no contexto laboral no período pandêmico; 4) sentimentos sobre o trabalho e as recordações destes mesmos sentimentos no período crítico da pandemia; 5) compreensão do trabalho a partir das vivências pessoais; 6) aspectos que definem a satisfação laborativa e as experiências pessoais que possam indicar esta satisfação; 7) metas e objetivos traçados a partir do trabalho; e 8) uma reflexão de como seria se o trabalho tivesse a possibilidade de dizer algo a quem presta o seu ofício.

Faz-se necessário mencionar que a última questão é uma releitura da simbologia apresentada por Bardin (2011) ao explicar didaticamente sobre a análise das respostas a questões abertas, no livro, a autora exemplifica uma análise de respostas a um inquérito sobre as relações psicológicas que um indivíduo mantém com o seu carro, e no roteiro de entrevista faz-se o questionamento “Se o seu automóvel lhe pudesse falar, o que é que ele diria?”. Reconhecendo que a proposta do questionamento é suscetível a mobilizar um rico conteúdo de sentidos, optou-se por adequá-lo à temática proposta nesta pesquisa. O roteiro completo está disponível nos resultados e anexos desta pesquisa.

4.4.Procedimentos

Considerando o visível aumento da utilização de redes sociais como meio de divulgar serviços, sobretudo no ramo alimentício, o contato com o primeiro participante se deu por meio da busca virtual de possíveis colaboradores através do contato disponibilizado em postagens, propagandas e outros meios digitais. A pesquisa foi, deste modo, apresentada e solicitada a

participação quando o trabalhador se enquadrava nos critérios de inclusão já estabelecidos, solicitando ainda a disponibilização do contato de outros possíveis participantes por ele conhecidos.

A esta técnica dá-se o nome de *bola de neve*, ou *snowball*, explicada por Bockomi e Gomes (2021) como uma técnica de amostragem que se utiliza de redes de referência, por isso, tornando-se apropriada para pesquisas com grupos de difícil acesso ou quando se trata de temas privados. O tipo bola de neve, portanto, é uma forma de amostra não probabilística que usa redes de referência e indicações, e está sendo considerada neste estudo por se tratar de um grupo de participantes que normalmente se encontrariam em espaços públicos, cujo acesso ainda é restrito em função do (ainda) atual contexto pandêmico.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE foi enviado via plataforma *Google Forms* para o aceite virtual, solicitando ainda a gravação de áudio para que não houvesse perdas dos discursos nos momentos de transcrição e análise. Após a explicitação da pesquisa e aceite do TCLE, realizou-se a entrevista semiestruturada por meio remoto (*Google Meet*), deixando claro o caráter sigiloso das informações, e possibilidade de desistência a qualquer momento. Cada entrevista durou entre 10 e 15 minutos, sendo realizada pela própria pesquisadora que se encontrava apta ao trabalho de escuta e acolhimento, devidamente supervisionada.

4.5. Aspectos Éticos

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr com fundamento nas normas e procedimentos éticos pregados pela resolução 466/12+506/16 do Conselho Nacional de Saúde, responsável por oferecer as normas e diretrizes que regulamentam pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados obtidos diretamente com

os participantes. Após a aprovação do mesmo – Número do Parecer: 5.393.220, os participantes foram contatados e convidados a contribuir com o estudo, sendo conscientizados do caráter voluntário e sigiloso da pesquisa e informados que podem desistir a qualquer momento. Aos que aceitaram, lhes foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, solicitando ainda que fosse feita a gravação de voz, com o intuito de melhor transcrever as falas, respeitando as diversas subjetividades e modos de dizer. Vale ressaltar que todos os procedimentos aqui citados, envolvendo desde o contato com os participantes ao armazenamento dos dados, realizado conforme as medidas que visaram preservar a proteção, segurança e os direitos dos participantes da pesquisa, conforme o estabelecido pela Comissão Nacional de ética em Pesquisa (Conep).

4.6. Análise de dados

A análise dos dados foi feita a partir da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), técnica esta utilizada em pesquisas psicossociais, comunicação de massa e outras modalidades envolvendo discursos. As etapas da análise de conteúdo envolve 3 etapas, sendo elas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados; que vão desde o contato inicial com o material colhido e primeiras hipóteses, passando pela codificação e identificação de unidades de análise, até a uma categorização final que encontra elementos comuns naquilo que foi pauta da fala dos respondentes.

4.7. Riscos e benefícios da Pesquisa

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, os riscos dessa pesquisa englobam um possível incômodo por refletir sobre aspectos pessoais do trabalho, além do próprio tempo dispensado em frente a uma tela. Para minimizar tais danos,

os entrevistados não foram submetidos a mais tempo do que o necessário para a realização da entrevista, e puderam discorrer livremente sobre o que lhes surgiu como necessidade de fala.

Também lhes foi assegurado(a) o direito de assistência gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário (Resolução CNS Nº 466/2012 - Itens II.3.1 e II.3.2). Caso ha

ja algum dano direto/indireto decorrente da participação, não sanado pelos responsáveis, poderá ser solicitada uma indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil (Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.h, IV.4.c e V.7).

Como benefícios, elecam-se o conhecimento das necessidades e dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores da sua categoria ocupacional estudada, bem como a utilização destes conhecimentos para a promoção de melhorias e visibilidade.

5. Resultados

A cidade de Parnaíba é a segunda mais populosa do Estado do Piauí, localizada na região nordeste, é um dos quatro municípios litorâneos do estado. Segundo Rego (2010), a cidade tem grande representação histórica e cultural, além de ter sido imprescindível em seu crescimento comercial por sua atividade marítima no período colonial. Conforme as informações do IBGE (2021), Parnaíba compreende uma área de 436,907 km², e uma população estimada de 153.863 pessoas, e o PIB per capita foi de 17.163.13,00 R\$ no ano anterior.

O desenvolvimento pelo qual Parnaíba tem passado é visível ao observar a ocupação de espaços há pouco menosprezados, tanto para a moradia, quanto para o comércio regional, que é a base da economia parnaibana, além dos serviços gastronômicos. Vale ressaltar que grande parte da gastronomia local é ofertada pelo setor informal nas passarelas urbanas, praças e calçadas residenciais. O público alcançado no presente estudo diz respeito a uma pequena parcela destes atores sociais que tem encontrado nas comidas de rua um meio de rendimento financeiro.

Técnica da Associação Livre de Palavras - TALP

As respostas obtidas por meio da Técnica da Associação Livre de Palavras realizada oralmente antes da entrevista, geraram expressões que optou-se não agrupar por tratar-se das impressões iniciais que os respondentes tinham sobre a temática, e que foram melhor explanadas no curso das entrevistas. Os resultados encontram-se nas tabelas abaixo:

Tabela 1

TALP - Sentidos do Trabalho

Sentidos do Trabalho	Frequência
Cansaço	2
Não sei	2

Satisfação	1
Trabalho em equipe	1
Modificação	1
Responsabilidade	1
Me sinto muito segura no que eu faço	1
Tem que gostar	1
Depende do rendimento	1
Viver bem	1
Afetação	1
Necessidade	1

Quando indagado o que era compreendido ou o que vinha à memória ao pensar em *sentidos do trabalho*, percebeu-se tratar de um termo que não havia sido pauta de reflexões, no entanto, a concepção de *sentidos do trabalho* por parte dos respondentes foi equivalente à função pessoal do trabalho, ou ao que ele oferece como retorno financeiro e afetivo.

Tabela 2

TALP - Satisfação No Trabalho

Satisfação no Trabalho	Frequência
Lazer	3
Gostar do que faz/trabalhar com prazer	2
Subsistência	2
Retorno financeiro bom	2
Identificação	2
Atender à demanda do cliente	1
Tenho	1
Ser valorizado no trabalho	1
O salário condizer com o esforço	1
Ter voz	1

Sobre a *satisfação no trabalho*, os participantes se mostraram mais próximos de uma compreensão pois descreveram a satisfação como algo dependente de outros fatores, sendo eles: reconhecimento da clientela e de seus pares, identificar-se com a ocupação exercida e ter prazer nela, poder desfrutar de um lazer a partir do trabalho, ter um retorno financeiro que seja justo e capaz de suprir as necessidades.

Roteiro de entrevista semiestruturada

Para uma melhor compreensão do que será exposto como resultados, em sequência está o roteiro de entrevistas empregado, com a ressalva de que as perguntas foram adaptadas ao modelo de um diálogo para facilitar a interação entre a pesquisadora e os participantes, de modo que a ideia central de cada questão foi mantida. De modo geral, não houve dificuldades para que os participantes pudessem compreender a temática abordada no segmento de cada pergunta, no entanto, foi percebido que o nível de instrução escolar muito contribuiu para que alguns participantes tivessem mais dificuldade para responder.

As questões são apresentadas a seguir:

1- *Como se deu a sua entrada no comércio de comidas de rua?*

2- *Sobre as suas experiências de trabalho anteriores a esta, como aconteceram?*

Alguma experiência se deu por via do trabalho formal? Em caso afirmativo, foi no ramo alimentício? Caso tenha a experiência, contextualize ambas as realidades de trabalho.

3- *Você percebeu alguma mudança no seu trabalho após a pandemia? Quais? (Quais mudanças dizem respeito ao ambiente de trabalho? E na interação entre as pessoas que dividem esse espaço tanto para o comércio, quanto para o consumo?)*

4- *O que você sente e pensa em relação ao seu trabalho?*

5- *O seu modo de sentir e pensar sobre o seu trabalho hoje, difere em algo se comparado ao momento do início da pandemia?*

6- *Considerando suas vivências /experiências, qual a sua compreensão a respeito do seu trabalho em sua vida?*

7- *O que você compreende por satisfação no trabalho?*

8- *Na sua vivência de trabalho você experiencia esta satisfação de que maneira?*

9- *Sobre metas e objetivos que você tenha traçado a partir do seu trabalho, o quanto você se sente próximo de alcança-los?*

10- *Caso o seu trabalho falasse, o que ele lhe diria?*

. A análise de conteúdo é descrita por Bardin (2011) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mesmas. A análise é constituída de três etapas para a sua consecução: 1) a pré-análise, momento inicial de leituras flutuantes do material para a construção de hipóteses e objetivos; 2) a exploração do material que envolve a escolha das unides de codificação com procedimentos de modo a possibilitar categorizações; e 3) o tratamento dos resultados, fase de inferência e interpretação na qual o pesquisador busca dar significado aos resultados brutos.

Seguindo os procedimentos já citados, as respostas obtidas em cada questão geraram categorias de análise que, sequencialmente, deram origem a eixos temáticos, pela percepção de que alguns aspectos não eram específicos de uma única pergunta, sendo comuns no relato dos respondentes ao decorrer de toda a entrevista. Os temas agrupando foram então analisados e reconhecidos como resultados do que se objetivava conhecer. Nas tabelas abaixo encontram-se os agrupamentos de categoria obtidos inicialmente:

Tabela 3

O comércio de comidas como possibilidade

O comércio de comidas como possibilidade	Frequência
--	------------

1.1.Oportunidade	
1.2. Aproveitou um ponto já existente	4
1.3. Por acaso	
1.4. Experimentou o comércio	2
1.5. Conhecimento sobre cozinha	2
1.6. Adaptou-se á culinária	1
1.7. Falta de estímulo para o ensino remoto	1

Tabela 4

Fatores decorrentes da necessidade de renda

Fatores decorrentes da necessidade de renda	Frequência
2.Subsistência	
2.1. Renda capaz de suprir as necessidades básicas	
2.2. Aspectos familiares	8
2.2.1.proporcionar estudo melhor para os filhos	
2.2.2. Vida tranquila/ dar vida mais sossegada	
filhos	
Desemprego	3
Diminuição da renda	1
Atravessou uma fase difícil	1

Tabela 5

Sentidos do trabalho

Sentidos do trabalho	Frequência
3.1. Gostar do que faz	8
3.2. Identificação	2
3.3. Sonho que está dando certo	1
3.4. Ter autonomia	1
3.5. É bom	1

Tabela 6

Vivências dos sentidos do trabalho na pandemia

Vivências dos sentidos do trabalho na pandemia	Frequência
4.1. Medos referentes à doença (promover aglomerações e dos sintomas em si)	4
4.2. Medo de sair para trabalhar e levar a doença para casa	3
4.3. Permanência na atividade por necessidade e com precauções	3
4.4. Fechamento do estabelecimento por tempo determinado e trabalho restrito ao espaço da residência	2
4.5. Perdas	2
4.6. Intenção de parar	1
4.7. Preocupação com os funcionários sem renda	1
4.8. Sentiu necessidade de acompanhamento psicológico	1
4.7. Perda do vínculo de trabalho anterior que faliu com o advento da pandemia	1

Tabela 7

Novas possibilidades de trabalho no período pandêmico

Novas possibilidades de trabalho no período pandêmico	Frequência
5.1. Crescimento do trabalho e do negócio com o delivery	5
5.2. Permanência da procura	2

Tabela 8

Diferenças entre o trabalho formal e o informal

Diferenças entre o trabalho formal e o informal	Frequência
6.1. Informal:	6
6.1.1. Responsabilidade;	
6.1.2. Mais liberdade;	
6.1.3. Maior renda	
6.1.4. Trabalhar para si	

6.1.5. Trabalhar sem ter que dar satisfação é mais sossegado	
6.2. Trabalho formal	
6.2.1. Formal: pouco liberdade de opinião	4
6.2.2. Trabalhar para terceiros	
6.2.3. Pouco compensatória	
6.3. Experiência de trabalho formal no ramo alimentício	1

Tabela 9

Compreensão da atividade para a permanência

Compreensão da atividade para a permanência	Frequência
7.1. É cansativo	2
7.2. Investimento na qualidade do produto	1
7.3. Equilíbrio entre trabalhar para si e para terceiros	1
7.4. O trabalho é necessário por oferta e procura	1
7.5. Ter autonomia financeira para não depender de terceiros	1
7.6. Ter o dia disponível para outras atividades por trabalhar apenas à noite	1
7.7. O trabalho como posse	1
7.8. É algo que nem sempre vai dar prazer	1

Tabela 10

Ação transformadora do trabalho

Ação transformadora do trabalho	Frequência
8.1. Dar o melhor de si	4
8.2. Construção pessoal e aprendizado diários	2
8.3. o trabalho como possibilidade de progresso	1
8.4. O trabalho é essencial	1
8.5. Ajudar a comunidade/ participação em projetos sociais	1

8.6. Produtividade | 1

Tabela 11

Satisfação no trabalho

Satisfação no trabalho	Frequência
9.1. Devolutiva positiva e retorno da clientela	6
9.2. Sevir bem aos clientes	6
9.3. Sentir-se bem com o trabalho realizado	4
9.4. Boa relação entre a equipe de trabalho	
9.4.1. Parceria	3
9.4.2. Rotatividade das tarefas	
9.5. Remuneração	2
9.6. Não trabalhar apenas pelo dinheiro	1
9.7. O trabalho não ser desgastante	1

Tabela 12

Estabelecimento e alcance de metas

Estabelecimento e alcance de metas	Frequência
10.1. Ter um ponto físico	3
10.2. Ficar como está	2
10.3. Ter um emprego formal para investir no informal	2
10.4. Não tem o atual trabalho como um projeto de vida	2
10.5. Sair da informalidade	1
10.6. Expandir para outros estados	1
10.7. Ter uma franquia com o nome da empresa	1

Tabela 13

Se o seu trabalho falasse, o que ele diria?

Se o seu trabalho falasse, o que ele diria?
“Continua que vai dar certo”
Que eu estou fazendo bem feito, que está dando certo

Ele ia mandar em me aquietar

“Olha, está na hora de você sossegar”

“Só lembra que é temporário e não perde o foco”

“Você está precisando de folga”.

Ia dizer para eu me decidir e tomar um rumo certo na vida

“Não desiste não, vai dar certo, mermã”

Só para eu fazer o meu trabalho direito

“Não desiste, é difícil, mas a gente consegue”

A categorização inicial resultou em 11 tabelas contendo os tópicos recorrentes na fala dos participantes durante toda a entrevista, foram eles: entrada no comércio de comidas, aspectos referentes à renda, sentidos e satisfação no trabalho, vivências no trabalho, novas possibilidades de trabalho no período pandêmico, diferenças entre o trabalho formal e o informal, permanência na atividade, ação transformadora do trabalho, e ainda o estabelecimento e alcance de metas, a partir de então, realizou-se uma análise minuciosa para vislumbrar o universo que tais categorias compunha.

O agrupamento temático resultou em três eixos centrais que sintetizam as respostas obtidas por meio da entrevista semiestruturada: 1) Motivos para estar na atividade; 2) Aspectos relativos ao sentido e compreensão sobre o trabalho; e 3) Concepções gerais sobre o trabalho e o trabalhar. Para além dos eixos mencionados, optou-se por não categorizar o conteúdo verbal concernente ao que seria dito pelo trabalho a cada trabalhador caso este fosse passível de fala, mantendo-se a literalidade do que foi expressado por cada participante, uma vez que pareceu reiterar o sentido que o trabalho tem assumido para os participantes, o que será melhor trabalhado na durante a discussão.

O primeiro eixo temático central emergiu a partir dos conteúdos que expressam a opção do comércio de comida de rua como possibilidade viável, inclusive em decorrência da necessidade de renda financeira. A opção pelo comércio de comidas por parte dos respondentes mostrou-se mais associada à necessidade de um fazer que encontrou solo na oportunidade de

mercado, do que um desejo pessoal, visto que, a inserção no comércio de comidas na informalidade sugere haver acontecido em função da percepção de uma possibilidade em um mercado de fácil acesso associada ao prévio conhecimento sobre cozinha. Houve ainda quem tenha mencionado que adentrou no mercado de comida nas ruas por necessitar de uma ocupação, pois tendo concluído o Ensino Médio e mesmo desejo de ingressar no Ensino Superior, diante do contexto pandêmico não se sentiu estimulado à modalidade de ensino remoto imposta pelo cenário. Pode-se acrescentar ainda elementos que afirmam a entrada no comércio de comidas a partir de uma necessidade associada à renda, bem como à situação de desemprego e perda monetária parcial – situação expressada por falas que mobilizaram afetos sobre a fonte de renda, colocando-a em uma posição superior por ser o que garante o sustento pessoal, e em alguns casos, familiar.

O segundo eixo temático refere-se à satisfação e aos sentidos do trabalho, bem como as suas vivências durante a pandemia e à compreensão da atividade para a permanência em um período de reajustes. Os sentidos do trabalho e do trabalhar foram descritos de forma positiva por meio dos relatos de se estar executando uma atividade com a qual se tem identificação ou gera sentimentos de realização por gostar do ofício, o que também contribui para a vivência da satisfação. Mesmo quando houve o relato de se estar em uma atividade que não condiz com a ocupação desejada, a identificação pareceu contribuir para que esta vivência não seja geradora de um sofrimento.

Quanto ao período crítico da pandemia, este foi marcado pelo medo de ser contaminado pela covid-19 e conseqüentemente contaminar os familiares, o que culminou na necessidade de readaptações e aquisição de novos hábitos para a permanência na atividade – alguns participantes relataram inclusive que passaram por um período de inatividade até conseguirem estabelecer novos modos de fazer. Além disto, perdas de vínculos empregatícios anteriores e preocupações com funcionários que tiveram que ser demitidos também estiveram presentes.

Neste contexto, para a permanência na atividade, a compreensão da função do trabalho e o investimento pessoal se mostraram imprescindíveis, bem como a necessidade de manejar os aspectos negativos que são característicos do ramo de trabalho em menção.

O terceiro eixo, denominado – concepções gerais sobre o trabalho e o trabalhar, descreve as novas possibilidades de trabalho no período pandêmico que, embora pareça contraditório ao eixo anterior, fala do crescimento da demanda a partir de uma nova oportunidade no comércio de comidas – o delivery. A partir de tal percepção pode-se afirmar que o momento de pandemia mostrou novas possibilidades ao passo que exigiu uma nova concepção de normalidade no que tange aos modos de fazer. Aqui também foram pontuadas as diferenças entre o trabalho formal e o informal, momento no qual os participantes muito contribuíram ao compartilhar suas experiências prévias de trabalho apontando o que é percebido como diferença entre os formatos de trabalho por via formal e informal.

É no eixo em menção que o trabalho foi referenciado a partir de sua ação transformadora com capacidade para promover mudanças no indivíduo, pois possibilita intervir positivamente no ambiente no qual se está inserido: o que está intrinsecamente relacionado com o estabelecimento e alcance de metas, uma vez que a projeção para o futuro toma por base o momento de vida atual com centralidade no trabalho, não apenas por este ser o meio de prover financeiramente o que se busca alcançar, mas pelo seu aspecto identitário. Deste modo, os entrevistados frisaram a sua relação com o trabalho, pois os que se encontravam satisfeitos com sua ocupação relataram planos de expandir o presente comércio, por outro lado, os que não se encontravam satisfeitos demonstraram o desejo de migrar para outra ocupação por considerarem o comércio de comidas um trabalho temporário.

6. Discussão

A satisfação no trabalho e os sentidos do trabalho enquanto internalização da atividade e o que por ela é mobilizado, estiveram presentes no curso da fala dos respondentes no entrelace daquilo que se pontuava durante toda a entrevista, se mostrando um reflexo da interação entre o trabalhador e o seu trabalho – no entanto, tais aspectos estão associados à forma como se deu a entrada no comércio de comidas, suas motivações, experiências de vida, responsabilidade com a renda pessoal e familiar, metas e influxo do contexto. Tudo contribuiu para que houvesse divergências nos relatos, ainda que em aspectos comuns de uma mesma atividade.

O comércio de comidas de rua é um campo vasto e competitivo pela ausência de regulamentações legais que norteiem a entrada no ramo há uma grande diversidade de produtos, o que requer dos vendedores cada vez mais inovação e criatividade. A inserção no referido mercado, ainda que tenha inclinações pessoais e apresente dificuldades particulares de cada vendedor, teve o aspecto comum de não ser uma escolha volitiva, mas sim uma resposta à necessidade de rendimento financeiro que pareceu mais provável por deparar-se com a oportunidade de empreender ou assumir uma função no processo de produção ou entrega domiciliar de alimentos em um estabelecimento já existente.

O que foi identificado como oportunidade, surgiu com a possibilidade de formação de sociedades e empreendimentos familiares, além de adaptações para transformar em comércio uma atividade com a qual se tinha afinidade, como pode ser constatado na fala de uma respondente; 32 anos, solteira, que sempre sonhou ser empreendedora: *“Eu sempre cozinhei, em casa era eu que dava conta de tudo quando a gente fazia comemoração, naqueles jantares de fim de ano eu sempre gostei de ir para a cozinha, fazer uma coisa diferente e chamar a família”*. O aspecto familiar tão explanado pelos entrevistados, aponta que, os responsáveis pela manutenção e provisão financeira sentiram extrema dificuldade de fornecer aos seus membros o mesmo padrão de vida que os descrevia antes do período pandêmico; aqueles para

os quais o trabalho tem sentido sumariamente na subsistência, manifestaram que a satisfação limita-se a conseguir suprir as necessidades familiares, como pode ser contemplado nas colocações proferidas por uma participante de 43 anos, casada, que gerencia o espaço de venda de comidas juntamente com o seu esposo: “(...) *um conforto maior, tipo uma casinha maior que é o sonho da gente, só mesmo organizar o conforto familiar*”; e “*É importante porque a gente tem um monte de menino para cuidar, é bom poder dar um estudo melhor, uma vida tranquila, mais sossegada*”.

O exemplo citado, corrobora com Vitali et al (2020) ao afirmarem que no atual modelo de sociedade, por vezes, o trabalho deixa de dar sentido à realização humana, e passa a ser usado como garantia de sobrevivência, no entanto, o afastamento do trabalho pode gerar sofrimento e vazio existencial, além de rupturas na identidade e até mesmo ausência de referência para os indivíduos. A baixa autoestima, e sensação de abandono acompanhada de sentimentos de incompetência, frustração, culpa e instabilidade emocional. Em maior nível pode apresentar sentimento de exclusão, oscilação nas relações familiares e sociais, tentativas de suicídio e deterioração da saúde física

É notório o quanto as questões referentes ao gênero sobressaem neste mercado. Em um grupo de 10 participantes, 7 são mulheres, o que reforça com a historicidade de setores considerados tradicionalmente femininos. Oliveira et al. (2022) compreende o âmbito das práticas socioeconômicas que demarcam a experiência da participação feminina atrelando a remuneração ao sustento dos núcleos familiares, o que pode ser tomado como referência na presente pesquisa, visto que os relatos de prioridade das mulheres com responsabilidades familiares não gira em torno de si, o que pode ser mais aclarado na fala de uma participante de 32 anos, casada, gestando o segundo filho, que faz uso de sua residência para dar continuidade ao seu negócio: “*Eu não posso sonhar muito não, não tenho grandes metas não, só uma vida mais confortável para a minha família.*”

Reis e Wiggers (2020), colaboram com essa discussão ao afirmarem que, na vida adulta, após o nascimento dos filhos, quando se torna difícil conciliar o trabalho fora e o cuidado da casa, muitas mulheres passam a trabalhar nas suas residências e acionam seus conhecimentos como forma de obter o rendimento que é essencial para a autonomia do grupo doméstico. Souza (2021), também tece uma discussão sobre essas mulheres empreendedoras que, embora iniciem os seus próprios negócios por necessidade, os têm como um caminho de libertação, de empoderamento e de estruturação tanto econômica quanto psicológica.

É possível identificar nas falas das participantes o quanto o empreendimento no ramo alimentício é transformador, mesmo que a palavra “satisfação” não tenha sido dita com tanta ênfase, é viável reconhecer que o referido trabalho é tem grande significação nas vidas das mesmas, por possibilitar contornar situações de desemprego ou não ficarem confortáveis com o sistema de submissão que o mercado de trabalho formal exige; neste aspecto, uma empreendedora de 27 anos, solteira e sem filhos, que encontrou no mercado de comidas uma alternativa diferente da sua área de formação superior foi enfática: *“Olha, eu nunca gostei de trabalhar para ninguém, antes disso eu tinha a minha escola de reforço que era na minha área de educação e depois que eu fechei eu abri esse empreendimento”*.

A mudança de cidade e ausência de ofertas de empregos na nova localidade também foi apontada por duas entrevistadas; a primeira sendo uma mulher casada de 32 anos, e a segunda uma mulher divorciada de 57 anos, que relatou a mudança de cidade como um momento delicado de sua vida após a experiência de separação: *“Foi depois que a gente veio para cá [...]. Meu marido já trabalhava no ramo também, aí decidimos fazer, o jeito mais fácil para gente era trabalhar com comida mesmo”*; e *“Eu tive que vir embora do lugar onde eu morava e quando eu cheguei aqui eu tive outras experiências, mas como eu sempre gostei da culinária eu sempre procurei me adaptar à culinária, né”*. Tais colocações anunciam o mercado de

comidas como um investimento que depende mais do conhecimento, do que de formalizações, além de ser um comércio que não se restringe a lugares específicos, sendo maleável no tipo de alimento a ser fornecido e localidade.

Em um estudo etnográfico sobre a venda de comidas, e ocupação dos espaços citadinos, Rodrigues (2021), conclui que cada cenário tem as suas práticas alimentares envoltas na própria cultura, desse modo, os sentidos atribuídos à rua, e a relação com a noção de sociabilidades e comensalidade, diz respeito à forma com que as pessoas transformam este espaço. Os calçadões, bem como suas ruas adjacentes, neste ensejo, consolidam o espaço que, em muitos casos, é mais frequentado que a própria residência, ponderando o tempo que os vendedores ficam em seu local de trabalho, apropriando-se dele e estabelecendo vínculos. De igual modo, o consumidor que se utiliza do espaço, não o faz apenas pela necessidade alimentar. Estas reflexões permitem assentir que a boa aceitação do comércio de comidas em cidades diversas, fala mais sobre o sentido atribuído ao campo físico, do que da relação comercial ali imposta.

Sendo dependente da livre circulação de potenciais consumidores, o comércio de comidas na rua durante o período crítico da pandemia foi marcado por preocupações e perdas. Foi notório na fala dos participantes que, o contexto unificou o sentido do trabalho ao medo não apenas de contrair a doença mas também de promover aglomerações em seus espaços de vendas e comprometer os seus cliente e familiares, o que gerou conflitos internos por tratar-se da maior fonte de renda, levando os trabalhadores a incrementarem suas práticas de higiene com base no que era recomendado pelos órgãos de saúde, o que pode ser confirmado com a seguinte fala de um entrevistado, um rapaz de 24 anos que é dono de um empreendimento no qual trabalha com familiares: *“Eu senti um pouco de medo e receio até mesmo de trabalhar, eu até tive o pensamento de parar durante aquele começo, né. Só que eu não parei, o que foi que*

eu fiz: a gente tomou todas as medidas possíveis de usar máscara, luva, álcool em gel para continuar porque a gente depende dessa renda”.

Santos et al (2020), após realizarem uma revisão de literatura menciona um estudo produzido no período de isolamento social que avaliou profissionais de saúde, identificando que 39% apresentavam algum sofrimento psíquico, e explica que, além do risco de contaminação, os efeitos imediatos de ansiedade e de estresse entre trabalhadores ocasionam o medo do contágio e da transmissão para seus pares, além de apresentarem sinais de esgotamento; e mesmo que as ocupações ditas como linha de frente apresentem alto risco para algum comprometimento na saúde mental, os impactos psicológicos das medidas de distanciamento social também trazem repercussões importantes para outros trabalhadores, pois as condições de comprometimento da saúde física e mental de pessoas fisicamente ativas, mas que deixaram de trabalhar em decorrência da necessidade do distanciamento social, apresentaram piores condições independente da função que exerça.

A permanência na atividade se deu sob a condição de adaptações e reajustes, alguns trabalhadores tiveram que fechar temporariamente seus estabelecimentos e trabalhar de casa, o que deu abertura a um novo formato de comércio – o *delivery*. Como exemplificação, elegeu-se a fala de uma entrevistada de 32 anos, solteira, que trabalha como cozinheira em um ponto de vendas familiar, ao lembrar do que fora vivenciado naquele momento: *“Ali foi terrível, era o medo da covid, as encomendas diminuíram muito, e a gente já estava acostumado com um padrão aqui, uma quantidade de pessoas e tivemos muita perda, mas depois a gente viu que não ia melhorar e fomos para o delivery”*. A partir disto, ressalta-se que as possibilidades para manter-se ativo não disseram respeito apenas às medidas de higiene, foi necessário fazer a utilização dos meios midiáticos para a divulgação dos produtos, e possibilitar que os clientes tivessem acesso sem desrespeitar as medidas de isolamento social.

Com o fechamento obrigatório dos estabelecimentos de alimentação no chamado período de lockdown, os consumidores poderiam receber seus pedidos nos locais previamente determinados, Veloso et al. (2022) pontuam assim, que os produtores de refeição e os responsáveis técnicos tiveram que estudar novos meios de entrega, para que o seu produto chegasse até o cliente, de forma rápida, segura, sem avarias e/ou que não houvesse exposição do alimento com o ambiente externo, situação que seria passível de contaminação. Diante da nova realidade da crise sanitária mundial, alguns serviços na área da alimentação, começaram suas atividades de entrega.

Pimentel (2022) nomeia de “cozinha escura” o ato de minimizar os custos de ocupação, devido a redução das horas de funcionamento e a exclusão da possibilidade de refeição local. Muitos empresários do ramo alimentício passaram a adotar este modelo durante o período de isolamento social, onde as refeições são preparadas por encomenda e entregues via delivery. O sistema delivery que era um diferencial para muitos restaurantes antes da pandemia, após o isolamento social, passou a ser uma estratégia para que os estabelecimentos garantissem o seu funcionamento seguindo as instruções de saúde e higiene, além de abrandar os riscos de contágio pela Covid-19 .

O formato de vendas favorecendo a entrega domiciliar foi uma herança positiva para os trabalhadores que conseguiram se desprender do modelo tradicional, o que foi nomeado pelos entrevistados como um crescimento durante a pandemia, pois fidelizou clientes que, no atual momento seguem frequentando o espaço físico ou solicitando o serviço de entregas, como pode-se constatar no relato em sequência; trata-se de uma mulher, solteira, de 27 anos que gerencia o próprio negócio: *“Tiveram mudanças para melhor, o trabalho cresceu, muita gente pediu na pandemia (...). A mesma demanda que veio durante a pandemia permaneceu”*.

Outra ênfase dada como sinônimo do trabalho com alimentos para consumo imediato foi o cansaço, o desgaste advindo da atividade esteve muito presente na fala dos participantes,

o que foi intensificado com o momento da pandemia, e pode ser constatado na fala de uma participante casada, de 32 anos que fornece alimentação diária para duas empresas de grande porte, e conta com o auxílio do esposo apenas para a entrega – *“Eu tinha aquele cuidado extremo, porque o serviço já era extremo e a gente tinha que ter todo aquele cuidado ao chegar em casa, era um desgaste né. Você já é acostumado a chegar em casa e ir fazendo as coisas e tudo, mas naquele tempo não, era um jeito todo diferenciado da gente fazer”*.

Macêdo (2021) expressa um olhar sensível para o trabalhador que agregou para si mais uma causa para estar à mercê dos riscos e do abandono, competindo com um inimigo invisível em seu ambiente de trabalho, altamente vulnerabilizado, e sem subsídios concretos de luta. No período extremo de contensão social, não havia estratégias e nem perfil de competências, apenas máscaras, sabão e álcool em gel expondo ainda mais a fragilidade humana. A pandemia, fortalecida com o distanciamento social, mostrou crise, para além da sobrevivência e do mundo do trabalho, mas uma crise de sentido, onde se questionava o sentido de viver distante dos outros, e de se trabalhar apenas para obter a satisfação de necessidades básicas.

Dos tantos segmentos sociais impactados negativamente pela pandemia do Covid-19, a educação certamente pode ser destacada. Barbosa et al.(2022) problematiza o cancelamento das aulas que ocorreu em cerca de 60% das escolas, prejudicando mais de um bilhão de estudantes ao redor do mundo e cerca de cinquenta e dois milhões no Brasil. Os autores enfatizam a importância dos recursos digitais como forma de dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem, no entanto, por ter efeito limitado, requer a união de esforços entre os professores e os familiares, o que foi precário no período pandêmico.

A falta de estímulo para o ensino remoto no período pandêmico foi queixa de um dos participantes; um rapaz de 19 anos que tendo concluído o Ensino Médio no advento da pandemia optou por não iniciar uma jornada acadêmica a partir da crença de que a aprendizagem por meio online é um processo inalcançável serviu de incentivo para que ele

buscasse uma ocupação – “*Eu não queria fazer ENEM para ficar tendo aula online, eu acho que ninguém nem aprende desse jeito*”. Embora o relato em menção seja algo específico, assemelha-se aos demais participantes quando assumem a fuga da inatividade por via da informalidade no referido ramo de trabalho, bem como a necessidade de retorno financeiro.

O desemprego foi apontado como a causa de maior inserção na informalidade, mas vale ressaltar que tal condição não se deu apenas pela conjuntura social já debatida nos capítulos anteriores, uma vez que a pandemia com suas imposições de restrição e isolamento social muito contribuiu para que mais pessoas se vissem na situação de ter que buscar uma nova fonte de renda, ou de complementá-la. Um participante comentou “*O meu pai tem uma oficina e eu ajudava na parte administrativa, mas na pandemia quebrou e eu fiquei sem ter o que fazer*”; a expressão popular utilizada explicita que a principal fonte de renda da família passou por um estado de falência obrigando os seus membros a migrarem para outras ocupações.

Costa (2020) cita os impactos no mercado de trabalho, com dados extremamente severos sobre a modalidade informal de trabalho: tomando por base o IBGE (2020), no terceiro trimestre de 2019 foi registrada a maior taxa de informalidade desde o ano de 2016; mas no segundo semestre de 2020 a taxa caiu bruscamente, o que possibilita inferir que os postos de trabalho perdidos dada a emergência da pandemia da covid-19, em um setor considerado o mais vulnerável, não aponta para um remanejamento destes trabalhadores ao setor formal de trabalho, mas sim ao desemprego em consequência da impossibilidade de manter o próprio negócio, fazendo destes trabalhadores o grupo que mais sofreu as consequências da crise econômica acentuada na pandemia, haja vista a não existência de respaldo legal garantidor de direitos.

Para além da adaptação imposta pelo contexto, os participantes frisaram ainda aspectos pessoais que lhes serve de estímulo para a permanência na atividade. Neste ponto, é válido mencionar que houve divergências entre o posicionamento dos trabalhadores que mesmo não havendo planejado trabalhar com comidas identificam-se com o ofício e aqueles que estão na

área apenas pela necessidade financeira: por um lado, alguns têm como motivação o fato de não querer depender financeiramente de terceiros, sentir-se beneficiado com os horários de trabalho e contentarem-se com a ideia de que o trabalho nem sempre será fonte de prazer; por outro lado outros compreendem a utilidade que os seus serviços têm para a comunidade e por isto buscam investir na qualidade dos produtos e na relação que pode ser estabelecida com a clientela.

Quando questionados sobre o que sentiam e pensavam em relação ao próprio trabalho, tomando por base o que fora acima exposto, foi possível elencar dois posicionamentos antagônicos que expressam a forma como o sentido dado ao trabalho implica no quanto o indivíduo se sente satisfeito; enquanto um participante que já trabalhou como assalariado no ramo alimentício e tem o seu próprio negócio como uma conquista enfatizou *“Digamos que é um sonho que eu tive e tá dando certo, e que eu tô conseguindo me manter através desse serviço, e também de frases e mensagens diárias de satisfação dos clientes que compram, gostam e indicam, isso motiva”*; outro respondente que trabalha como subordinado e está na atividade apenas por não ter outra opção explicitou estar apenas contente pelo fato de ter uma ocupação - *“Assim, é o que eu tenho, né. Não quero passar a vida nisso não, mas no momento é o que tá dando certo para mim”*.

A partir disto, pode-se compreender com mais clareza o porquê de a literatura apontar a satisfação como um construto que assume relação de dependência com outros fatores, pois os sentimentos positivos em relação ao próprio trabalho parecem estar envoltos em aspectos emocionais do trabalhador que envolvem realização pessoal, sentimento de pertença e parceria com os companheiros de trabalho, o fazer em si, remuneração, identificação, apreço pelo ofício e devolutivas que expressem ainda, a satisfação dos seus clientes.

A este respeito, destaca-se uma fala que contém elementos diversos do entendimento que o presente estudo pauta-se na definição de satisfação no trabalho *“Atender aquilo que o*

cliente espera do meu produto, esse é o primeiro ponto; e a relação de funcionários, aqui no caso é familiar, uma relação boa, um bom convívio”. Mas para além de um conceito que esteja intimamente relacionado com o momento ao qual indagou-se sobre sentir-se ou não satisfeito e os elementos contribuintes para a afirmativa ou negativa, o que foi elaborado por um participante tornou clara a compreensão de que a satisfação envolve a capacidade de fazer projeções para o futuro além de sentir que o trabalho pode viabilizar o que se almeja: *“Para a gente se sentir satisfeito com qualquer coisa eu acho que a gente precisa minimamente saber o que está fazendo, se é o que gostamos, o que queremos com aquilo”*.

Com base nos discursos pode-se defender que, para os comerciantes que se encontram satisfeitos com a sua ocupação, embora não fosse o projeto inicial de vida, as metas estabelecidas visam a expansão do negócio, desde a aquisição de um ponto físico (para aqueles que trabalham na cozinha ou calçada de casa), ao franquimento da empresa em outros estados, além de promover melhores serviços aos seus clientes. Como exemplo, cita-se aqui duas falas a respeito das metas e objetivos projetados a partir do trabalho – *“Ter ponto físico aqui, ponto físico no Ceará e ponto físico no Maranhão. O sonho é grande!”*; e *“Um restaurante. Na verdade a gente tá até abrindo um puxadinho em casa, eu e meu marido”*.

Como foi esboçado, nem todos os entrevistados se mostraram satisfeitos e por esta razão não estabelecem metas que digam respeito ao desenvolvimento na área de trabalho atual, deste modo, se mostraram desejosos de apenas manter o trabalho sem precisar fazer mais investimentos de quaisquer ordem, ou sair da informalidade, como citado a seguir: *“No momento os meus objetivos não são com o meu trabalho atual, quero uma coisa melhor.”*; e *“Eu ainda não sei, já pensei em abrir algo meu, mas aí eu teria que investir, né (...). Então por enquanto vou ficar como estou”*.

Além das possibilidades que o trabalho proporciona ao ser humano, foi discutido o sentido do trabalho enquanto uma ação capaz de impelir mudanças no ambiente no qual este

esteja inserido, o trabalho, nesta concepção, atua na construção pessoal e ao possibilitar aprendizado diários. A fuga do ócio pela produtividade mostrou-se enfática nesta explanação, entretanto, o produto do trabalho difere entre diversas percepções tais como: meros resultados; o produto do trabalho enquanto o próprio trabalhador que, admite o seu progresso quando se deixa ser um agente transformador em seu espaço; participação de projetos sociais e serviços prestados à comunidade, o que foi enfatizado por uma moça de 27 anos que gerencia o próprio negócio em consonância com o andamento de sua graduação: *“Aprendi desde pequena que o trabalho modifica a gente não é só para ganho pessoal, é para ajudar a comunidade”*.

Os sentidos do trabalho apontam para o que foi internalizado a seu respeito ao longo da vida – por meio das experiências que foram compartilhadas socialmente mas singularmente tomadas para si. A própria experiência de informalidade, apresenta uma concepção pessoal que confronta o lado oposto deste formato de trabalho – o formal, neste sentido, nem todos os participantes têm experiência com o trabalho formal, seja no ramo alimentício ou não, contudo, para os que já passaram pela formalidade foi de consenso tratar-se de uma modalidade de trabalho por meio do qual há pouca liberdade de expressão, além de ser pouco compensatória visto que o rendimento maior é destinado a terceiros.

A informalidade, por sua vez, exige maior responsabilidade pessoal, todavia, tem por característica a autonomia e a liberdade, proporcionando maior rendimento financeiro e sossego por não precisar prestar conta para outrem. No entanto, vale ressaltar que tal realidade compreende apenas os entrevistados que são proprietários dos pontos de vendas, os que seguem trabalhando para terceiros pareceram não perceber nenhuma diferença entre a posição que ocupam quando comparado a um trabalho formal. Tudo isto permedo pela ausência de seguridade.

A última pergunta do roteiro de entrevista – sobre o que seria dito pelo trabalho, expressou o que cada participante sente a respeito do seu fazer, deste modo, falas tais como

“*Continua que vai dar certo*”; e “*Diria que estou fazendo bem feito*” evidenciam satisfação pessoal, ao passo que “*Só lembra que é temporário e não perde foco*”; e “*Ja dizer para eu me decidir e tomar um rumo certo na vida*”, assume que o atual ofício, embora tenha alguma relevância no momento, não proporciona satisfação; falas como “*Você está precisando de folga*”; e “*Olha, está na hora de você sossegar*” reafirmam o que foi aqui discutido sobre o comércio em questão ser marcado pelo cansaço e pela ausência de tempo disponível para lazer.

Diante do exposto, pode-se concluir que a singularidade de cada fala expressa vivências para além do labor, a concepção dos sentidos do trabalho e a satisfação por ele proporcionados, estão imersos na história contada desde o que levou à inserção no mercado de comidas, à eclosão de uma pandemia que reestruturou os modos de fazer. Mais do que adaptação e medidas protetivas de higiene, a pandemia pediu compreensão para a permanência na atividade, fechou restaurantes, gerou parcerias, e abriu caminho para um novo formato de trabalho – o delivery. A pesquisa demonstrou a vulnerabilidade em que se encontra o trabalhador informal, e a falta de atenção social da classe investigada que, mesmo com tantas carências, tem encontrado cada dia mais espaço para tornar o seu serviço indispensável na rotina dos parnaibanos.

7. Considerações Finais

O comércio de comidas de rua, embora seja um campo em crescimento, pôde-se perceber que, no município onde a pesquisa foi realizada, pouco se sabe a respeito ou dá-se visibilidade aos atores sociais envolvidos neste processo. A cidade de Parnaíba em toda a sua extensão possui logradouros ocupados com o referido mercado e ainda que haja um órgão responsável por fazer a distribuição de pontos mais favoráveis ao ato do comércio, não compreende a totalidade dos vendedores, e mesmo as áreas regulamentadas não dispõem de informações precisas sobre o seu quantitativo, tipos de produtos comercializados ou perfil destes trabalhadores.

Para além do que se intencionou conhecer, foi percebido que não havendo rigor para a entrada no ramo em questão, os trabalhadores temem que a qualquer momento sejam negativamente surpreendidos, pois no contato com potenciais participantes para a pesquisa, foi questionado se haveria algum tipo de fiscalização, e mesmo sendo explicitada a proposta da entrevista, houve a recusa em participar. O aspecto em menção sugere que, não havendo o acompanhamento por parte das autoridades locais, os trabalhadores informais compreendem a sua atividade laboral como um fazer que beira a ilegalidade.

Através dos discursos elaborados, pode-se afirmar que os temas abordados na pesquisa não são pauta de reflexão na rotina dos trabalhadores, não apenas pelo teor científico dos conceitos. O presente estudo, mais do que complementar o que se sabe sobre sentidos e satisfação no trabalho, atentou-se à relação que o trabalhador estabelece com o seu fazer, sensibilizando o olhar ao quanto estes atores sociais estão apropriados do que os conduziu ao ramo alimentício, o que norteia a sua permanência na atividade, e quais são os elementos capazes de proporcionar ou ocultar a satisfação vivenciada diariamente.

Reconhecendo a satisfação como um construto dependente, e os sentidos do trabalho como um conceito que atravessa tanto as experiências subjetivas quanto os aspectos situacionais, buscou-se conhecer tais fatores considerando o contexto de pandemia que, embora não mais tão agravante, ainda guarda resquícios do momento de isolamento social que, a fim de proteger vidas e evitar a proliferação da doença, atuou sobre a informalidade com a imposição de interrupção das atividades não consideradas essenciais, e, em função da condição de calamidade pública, desconsiderou que para quem promove o serviço, estar em atividade é essencial.

Embora haja singularidade nas experiências relatadas a respeito do que levou à informalidade com especificidade no ramo alimentício, os relatos evidenciam uma escolha que não responde a ideais, apontando para a necessidade instrumental do labor como meio de

manutenção da vida. Foi comum a todos os participantes que a possibilidade de trabalho surgiu como uma oportunidade, o que pode então ser apontado como um diferencial é o fato de que para alguns, por identificarem-se com a ocupação, sentem-se bem exercendo esta função, e traçam metas a partir do atual trabalho, almejando a melhoria de seu comércio por estarem obtendo retornos positivos de cunho tanto financeiro quanto afetivo.

Os sentidos do trabalho mostraram-se atravessados por fatores contextuais e experienciais, corroborando com a literatura apontada neste ensaio. Foi perceptível que a atual compreensão do trabalho e da função que ele assume é reflexo do que foi apreendido ao longo da vida, com influxo histórico e situacional. Deste modo, para alguns participantes, o sentido do trabalho mudou com a eclosão da pandemia, pois afetou diretamente um empreendimento que parecia estar bem alicerçado por já contar com clientela fixa e ter ponto físico em locais privilegiados da cidade, o que soava como um indicativo de satisfação.

A necessidade de estar em constante aprimoramento e reconhecer que a clientela é a célula de qualquer negócio foi um diferencial positivo que parece ter sido mais aclarado também pelo período pandêmico, pois mostrou um novo formato de vendas que preza pelo conforto e segurança do consumidor, além da eficiência no ato da entrega, o que por muitos vendedores foi utilizado como forma de fidelizar clientes que, com a retomada das atividades presenciais, se tornaram comensais assíduos.

Dos tantos aspectos observáveis no mercado de trabalho informal, também é possível destacar a baliza entre as dimensões “empregado/empregador” que são constantemente demandadas pela atividade, pois o trabalhador por conta própria é aquele cujo patrão, no discurso de poder gerir o próprio tempo, muitas das vezes não se dá tempo algum, pois sabe que o seu rendimento financeiro tende a ser proporcional ao tempo investido na atividade. No entanto, muitos são os caminhos que levam à ideia de que é melhor trabalhar para si, e se toda

a vivência responde a um contexto, como já foi ressaltado, não se pode ignorar as flexibilizações sofridas pelas relações de trabalho, e, conseqüentemente, pelo trabalhador.

Com base no exposto, pode-se compreender por meio de uma análise psicossocial, que os sentidos do trabalho enquanto o núcleo das vivências adquiridas ao longo do processo de socialização mediam a relação do indivíduo com a sua atividade laboral, sem desconsiderar o contexto no qual está inserido; atentando-se ainda para a dinamicidade dos sentidos laborais através das trocas entre o trabalho e o trabalhador como fatores que afetam diretamente a satisfação.

A vulnerabilidade na qual o trabalhador informal está imerso permeou todo o curso da pesquisa; a invisibilização sofrida antecede o contexto de exposição nas ruas da cidade, sendo lançada muro afora das instituições reservadas ao controle e cuidado para com as necessidades da categoria. O mercado de comidas tem crescido em função das demandas urbanas, o que é comum ao setor terciário, sobretudo, em uma cidade cuja base é o comércio, e a comensalidade é fortemente associada à cultura e ao lazer. No entanto, os trabalhadores veem-se na posição de apenas ocuparem nichos econômicos em espaços públicos.

“Empreender” é o novo nome dado à informalidade, ainda que o ato não seja novo. O que tem se apresentado como estratégia de ação frente à precariedade no mercado de trabalho como um todo, certamente tem o seu preço e os trabalhadores o conhecem bem. A denúncia aqui, parte do descaso das autoridades governamentais em relegar as ruas como sinônimo de marginalização, não proporcionando ao trabalhador informal meios de distinguir que a sua condição de informalidade em âmbito laboral, em nada condiz com trabalhar ilegalmente.

REFERÊNCIAS

- Abbad, G. S.; Borges Andrade. J. E.; (2014). Aprendizagem humana em organizações de trabalho. In Zanelli, J .C.; Borges-Andrade. J. E.; Bastos. A. V. B.; (Org.), 2ed. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil (pp.244-284). Artmed.
- Alves, G. (2017). Reforma trabalhista, modernização catastrófica e a miséria da República brasileira. *Blog da Boitempo*. <https://blogdaboitempo.com.br/2017/03/27/reforma-trabalhista-modernizacao-catastrofica-e-a-miseria-da-republica-brasileira/>.
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. Boitempo Editorial. [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=SIHoDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=Antunes,+R.+\(2020\).+Coronav%C3%ADrus:+o+trabalho+sob+fogo+cruzado.+Boitempo+Editorial&ots=9mFKO7e49J&sig=i6u3Mu6OLemYJd4oE6J15JW1t_s8#v=onepage&q=Antunes%2C%20R.%20\(2020\).%20Coronav%C3%ADrus%3A%20o%20trabalho%20sob%20fogo%20cruzado.%20Boitempo%20Editorial&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=SIHoDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=Antunes,+R.+(2020).+Coronav%C3%ADrus:+o+trabalho+sob+fogo+cruzado.+Boitempo+Editorial&ots=9mFKO7e49J&sig=i6u3Mu6OLemYJd4oE6J15JW1t_s8#v=onepage&q=Antunes%2C%20R.%20(2020).%20Coronav%C3%ADrus%3A%20o%20trabalho%20sob%20fogo%20cruzado.%20Boitempo%20Editorial&f=false).
- Apolinario, M. D. O., & Souza Junior, M. L. D. (2019). O trabalho informal como gerador de renda extra. <http://hdl.handle.net/123456789/2359>.
- Barbosa, A. L. D. A., Anjos, A. B. L. D., & Azoni, C. A. S. (2022, June). Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19. In *CoDAS* (Vol. 34). Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Beck, M., & Teixeira, K. D. C. (2019). Do mesmo e do diferente: das corporações de ofício às universidades corporativas. *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, 20, 101-110.
- Bendassolli, P. F; Coelho-Lima, F. Psicologia e trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação. *Psicologia & Sociedade*, Minas Gerais, v. 27, n. 2, p.383-393, mai/ago, 2015.
- Bendassolli, P. F., & Gondim, S. M. G. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do

- trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances en psicología latino americana*, 32 (1), 131-147.
- Bertoncelo, V., & Junqueira, L. (2018). Novas formas de ocupação do trabalho e condições. *Revista Organizações em Contexto*, 14 (27), 187-210.
- Bockorni, B. R. S., & Gomes, A. F. (2021). A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR*, 22 (1).
- Borges-Andrade, J. E. (2002). Trajetória da Psicologia Organizacional e do Trabalho nos Simpósios da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, antes de 2000. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 7 (SPE), 7-10.
- Bronstein, M. M., dos Santos Baroza, A. F., da Costa, R. A .D., & da Silva Santos, Y.(2020). Modelo de análise para o estudo da satisfação no trabalho em tempos de pandemia. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200170>.
- Bueno, F. C.T., Souto, E. P., Matta, G. C. (2021). Notas sobre a trajetória da covid-19 no Brasil. pp. 27- 39 In: Matta, G. C., Rego, S., Souto, E. P., & Segata, J. (Orgs). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. (pp. 27-39).Fiocruz. <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>.
- Carmo, L. J. O., Assis, L. B. D., Gomes Júnior, A. B., & Teixeira, M. B. M. (2021). O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. *Cadernos EBAPE. BR*, 19, 18-31.
- Coelho, I. B. (2022). “A gente vai mudando, se reinventando, se adaptando”: As transformações no ofício das baianas de acarajé de Salvador e a informalidade. Patrimônio cultural e trabalho. *Laborare*, 5(8), 181-198. <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2022-113>.
- Cotrin, G. (2016). *Historia Global*. Editora Saraiva 3ed.
- Coutinho, M. C. (2019). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como

- estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [S.l.], v. 12, n.2, p. 189-202.
- Costa, C. A., & Gandra, A. D. (2022). Estado e direitos sociais: uma crítica sobre a função do trabalho no capitalismo. *PhD Scientific Review*, 2(04), 34-75.
- Costa, S. D. M., Marques, E. D. M. I., & Ferreira, A. C. C. (2020). Entre sentidos do trabalho, prazer e sofrimento: um estudo baseado na perspectiva de jovens trabalhadores-estudantes. *Revista Gestão Organizacional*, 13(1), 64-85.
- Costa, S. D. S. (2020). Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54 (4), 969-978.
- Costa, M. H. D. B. (2022). *O "Delivery do trabalho" na Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Natal. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduação em Serviço Social. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46725>.
- D'Arísbo, A., Boff, D., Oltramari, A. P., & Salvagni, J. (2018). Regimes de flexibilização e sentidos do trabalho para docentes de ensino superior em instituições públicas e privadas. *Trabalho, Educação e Saúde*, 16, 495-517.
- Della Mirandola, G. P. (2019). *Discurso sobre a dignidade do homem*. Leya. [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=FHmWDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Della+Mirandola,+G.+P.+\(2019\).+Discurso+sobre+a+dignidade+do+homem.+Leya.&ots=kvJa3Z7zr6&sig=oIb2fF3LpfyqUMsYjcc4m_GtAm8#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=FHmWDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Della+Mirandola,+G.+P.+(2019).+Discurso+sobre+a+dignidade+do+homem.+Leya.&ots=kvJa3Z7zr6&sig=oIb2fF3LpfyqUMsYjcc4m_GtAm8#v=onepage&q&f=false).
- Duarte, C. B. (2016, 24 a 26 de agosto). Dinâmica da Informalidade e dos Rendimentos do Trabalho no Brasil nos anos 90 e 2000. [Apresentação de trabalho]. *Anais XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 14º Conferência Internacional de História de Empresas*, Criciúma.
- Duarte, P. M. (2020). COVID-19: Origem do novo coronavírus. *Brazilian Journal of Health*

- Review*, 3 (2), 3585-3590. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n2-187>.
- Enriquez, E. (2019). Perda do trabalho, perda da identidade. *Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN:2595-4539*, 5 (9), 53-73.
- Esteves, Y. D. O., Vasques-Menezes, I., & de Freitas, C. P. P. (2019). Construção de Uma Escala de Satisfação no Trabalho para Trabalhadores Informais (EST-TI). *Revista Cereus*, 11(3), 140-157.
- Ferreira, E. A., Ramos, M. F. H., Soares, E. M. L., & Couto, A. L. (2020). Autoeficácia, satisfação no trabalho, aspectos sociodemográficos e condições de trabalho de docentes-alunos do Parfor. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 101, 337-358. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i258.4263>.
- Fio Cruz (2020). Curso Respiro: sentidos do trabalho em saúde no cotidiano da pandemia. https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=respons%C3%A1vel+pela+execu%C3%A7%C3%A3o+do+Curso%2C+E.+Curso+Respiro%3A+sentidos+do+trabalho+em+sa%C3%BAde+no+cotidiano+da+pandemia.&btnG=.
- Food and Agriculture Organization.(2016). Mais de meio milhão de brasileiros vendem comida de rua. Folha de São Paulo.<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1948561-meio-milhao-de-brasileiros-vende-comida-na-rua.shtml>.
- Furtado, C. (2003). Metamorfoses do capitalismo. *Boletim De Ciências Económicas* 14 pp. 9-16.
- Gemelli, C. E., & Oltramari, A. P. (2020). Voluntariado e formação da identidade: reflexões a partir da Psicodinâmica do Trabalho. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(1), 956-962. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.1.16884>.
- Gerhardt, T. E; Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS. <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>
- Gil, A. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a.ed.). Atlas.

- Gimenez, A. B. (2020). Estratégias de aprendizagem no trabalho: Uma prática exigida pela atualidade. *Gestão e Sociedade*, 14 (37). <http://doi.10.21171/ges.v14i37.2669>.
- Godoy, T. M. P. Territorialidade do trabalho informal: a centralidade periférica dos vendedores ambulantes. In: Marques, L. (Org.), *NO BRASIL*, p.81-94, Fundação Perseu Abramo.
- Gomes, A. F., Santos, Z. P. M., Bockorni, B. R. S., de Jesus Nascimento, K., & Teixeira, S. (2021). Competência e aprendizagem. *Cadernos da fucamp*, 20 (47).
- Gomes, M. (Diretor), Vieira Jr., J. & Aragão, N. (Produtores). (2019). Estou me guardando para quando o carnaval chegar [Streaming]. Brasil: https://www.youtube.com/watch?v=vpd1H_GdOqk.
- Gondim, S., & Borges, L. D. O. (2020). Significados e sentidos do trabalho do home-office: desafios para a regulação emocional. *SBPOT, Temática*, 5.
- Governo Federal (2021). Auxílio Emergencial 2021 é liberado para mais 110 mil mulheres chefes de família. Gov. br. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-emergencial-2021-e-liberado-para-mais-110-mil-mulheres-chefes-de-familia>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2021). Desemprego Recua para 14,1% no segundo trimestre, mas ainda atinge 14,4 milhões de pessoas. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31480-desemprego-recua-para-14-1-no-2-tri-mas-ainda-atinge-14-4-milhoes-de-pessoas>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2021). Cidades e Estados. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/parnaiba.html>.
- Koselleck, R., & Branco, L. V. B. C. (2020). *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Contraponto Editora. [KOSELLECK_Reinhart_Critica_e_Crise_Uma_c.pdf](#)

- Leibante, T. (2008). Algumas considerações sobre o trabalho informal no capitalismo contemporâneo. *Anaisdo III Simpósio Londrina*.
- Lemos, M. C. D. A. M., Ohofugi, N. G., & Borges, C. A. (2020). O dano existencial dos entregadores durante a pandemia. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39547>.
- Lima, B. C. (2019). Inteligência emocional e satisfação no trabalho. Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Rio Grande do Sul. Graduação em Psicologia. <http://hdl.handle.net/10183/198029>.
- Lima, N. T., Buss, P. M., & Paes-Sousa, R. (2020). A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. *Cadernos de Saúde Pública*, 36 (7). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00177020>.
- Macêdo, S. (2021). Um olhar para a subjetividade e a saúde mental do trabalhador durante e após a pandemia da COVID-19. *Trabalho (En) Cena*, 6, e021005-e021005. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e021005>.
- Magela, H. C. S., & de Paula, J. L. N. (2016). O trabalho de profissionais da saúde e sofrimento psíquico. [Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG].
- Manzano, M., & Krein, A. (2020). A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. *Cesit/ Unicamp*.
- Martini, S. R., & Mota, T. S. (2020). *O Direito à Saúde Frente à Pandemia COVID-19: da crise sanitária à crise*. V.13, Evangraf.
- Martinez, M. C., & Paraguay, A. I. B. B. (2003). Satisfação e saúde no trabalho: aspectos conceituais e metodológicos. *Cadernos de psicologia social do trabalho*, 6, 59-78. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v6i0p59-78>.

- Martins, R. D., Cerutti, P. S., Vaz, E. D., & Gallon, S. (2018). Sentidos do trabalho na percepção de pessoas que exercem trabalho comum. *Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho*, 21(1), 1-15. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p1-15>.
- Marx, K. (2013). *O Capital – crítica da economia política: O processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista pesquisa qualitativa*, 5(7),1-12.
- Morais, J. K. C. D., & Moura, D. H. (2017). Do Taylorismo/Fordismo à acumulação flexível: implicações dos regimes de acumulação para o mundo do trabalho. *Revista Labor*. 1(17), 62-72. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28583>.
- Neves, D. R., Nascimento, R. P., Felix Jr, M. S., Silva, F. A. D., & Andrade, R. O. B. D.(2018). Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados emperiódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. *Cadernos EBAPE.BR*,16(2), 318-330. <https://doi.org/10.1590/1679-395159388>.
- Oliveira, F. K. D. S. D. (2021). A construção histórica do direito do trabalho no mundo e no brasil e seus desdobramentos no modelo trabalhista brasileiro pós-industrial. [Francisco-Kennedy-da-Silva-de-Oliveira.pdf\(ifg.edu.br\)](Francisco-Kennedy-da-Silva-de-Oliveira.pdf(ifg.edu.br)).
- Oliveira, E. N. P.; Moita, D. S.; Aquino, C. A. B. (2016). O empreendedor na era do trabalho precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. *Revista de Psicologia Política*, v. 16, p. 207-226. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27893>.
- Oliveira, E. N. P., de Lima Meyer, A. V. T., & de Aquino, C. A. B. (2022). Trajetórias de vida laboral de trabalhadoras de comida de rua. *Revista Laborativa*, 11(1), 129-152.
- Ornellas, T. C. F. de; Monteiro, M. I. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 59 (1), 2006. <https://doi.org/10.1590/S0034->

[71672006000600016.](#)

- Paiva, J. C. M., Bendassolli, P. F., & Torres, C. C. (2015). Sentidos e significados do trabalho: dos impedimentos às possibilidades do trabalho de pessoas com deficiências. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15 (1), 218-239.
- Pedroso, J. (2020). Pandemia, precariedade e proteção social. *Palavras para além da pandemia: cem lados de uma crise*, 75.
- Penha, A., & Villardi, B. Q. (2017, August). Sentidos do trabalho além do prazer e da obrigação. In *VIII Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont2017*.
- Pereira, E. F., & Tolfo, S. T. R. (2017). Estudos sobre sentidos e significados do trabalho na psicologia: uma revisão das suas bases teórico epistemológicas. *Psicologia Argumento*, 34 (87).
- Pimentel, L. L., & Pereira, A. P. B. (2020). A informalidade laborativa sob o enfoque interdisciplinar: diferentes perspectivas para um fenômeno complexo em tempos de pandemia. *Revista de Direito*, 12 (01), 01-33. <https://doi.org/10.32361/202012019110>.
- Pimentel, I. B. (2022). Avaliação das preferências alimentares de consumidores de comida por delivery durante o período de pandemia de COVID-19 na Baixada Santista-SP. <https://repositorio.unifesp.br/xmlui/handle/11600/65315>.
- Portal da Prefeitura de Parnaíba. (2017). Folguedos juninos nos bairros impulsionam vendas do comércio de rua em Parnaíba. <https://parnaiba.pi.gov.br/phb/folguedos-juninos-nos-bairros-impulsionam-vendas-do-comercio-de-rua-em-parnaiba/>.
- Portal Sebrae (2019). *Perfil do microempreendedor individual*. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/estudosapresentamperfildomicroempreendedorindividualdetalhe.htm.
- Portella, S., & Oliveira, S. S. (2020). A naturalização da pandemia no Brasil. *Observatório do*

Risco-OSÍRIS, 14(06).

- Raichelis, R., & Arregui, C. C. (2021). O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, 134-152. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.242>.
- Portela, L. C., & Machado, V. C. (2019). Contextualização da Taboca no cenário atual da comida de rua em Salvador/BA. *ILUMINURAS*, 20(51). <https://doi.org/10.22456/1984-1191.95026>.
- Rede Jornal Contábil (2019). Conheça as principais vantagens e desvantagens de ser um MEI. <https://www.jornalcontabil.com.br/conheca-as-principais-vantagens-e-desvantagens-do-mei/>.
- Régis, L. R. D. L. (2021). Os sentidos do trabalho e suas implicações na jornada dos bancários de município do interior do Rio Grande do Norte. Mossoró. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural do Semi-Árido– UFERSA. Bacharel em Administração.
- Rego, J. M. A. N. (2010). Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba(1700-1950). Niterói. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Program de Pós Graduação em História.
- Reis, M. E. A., & Wiggers, R. (2020). Mulheres que " Botam Banca": Gênero e trabalho em Santarém/PA. *ILUMINURAS*, 21(52). <https://doi.org/10.22456/1984-1191.98653>
- Ribeiro, E. L., & Marra, A. V. (2021). Relações entre os sentidos do trabalho e a satisfação no trabalho: uma análise comum a categoria de servidores públicos. *Revista de Administração da UFSM*, 14, 119-137. <https://doi.org/10.5902/1983465934051>.
- Rodrigues, G. R. D. (2021). *Se essa rua fosse minha: uma etnografia sobre comida de rua na cidade de Pelotas* (Master's thesis, Universidade Federal de Pelotas). <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8440>.

- Rothmann, I. (2017). *Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho*. Elsevier Brasil.
- Roubiceck, M. (2020, 27 de março). *Empregos informais, os mais vulneráveis à crise da pandemia*. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/17/Empregos-informais-os-mais-vulner%C3%A1veis-%C3%A0-crise-da-pandemia>.
- Santana, G. R., & Amparo-Santos, L. (2021). Da promoção da SAN à invisibilidade social: O trabalho dos artífices ambulantes na comida de rua no Brasil. *Research, Society and Development*, 10(2), e56510212862-e56510212862. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12862>.
- Santana, G. R., & Amparo-Santos, L. (2021). Do ambulante ao empreendedor: uma etnografia no comércio da comida de rua no Recôncavo da Bahia. *Research, Society and Development*, 10 (3), e30110313497-e30110313497. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13497>.
- Santos, E. A. D. (2019). Colaboração interprofissional e formalidade dos controles gerenciais: um estudo dos reflexos na identidade social e na satisfação no trabalho. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/20444>.
- Santos, K. O. B., Fernandes, R. D. C. P., Almeida, M. M. C. D., Miranda, S. S., Mise, Y. F., & Lima, M. A. G. D. (2020). Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, 00178320. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320>.
- Silva, G. O., & Lopes, R. D. C. D. (2018). Comidas de rua: patrimônio, cultura e identidade local no norte do Tocantins. *O Público e o Privado*, 16 (32 jul.dez), 89-110.
- Silva, H. G. N., de Oliveira, B. C., & da Silva Carrias, F. M. (2020). Pandemia do novo coronavírus: impactos psicossociais em trabalhos informais. *Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade*, 2,01-06. <http://dx.doi.org/10.46375/encantar.v2.0035>.
- Silva, L. I. D. (2020). *Trabalho e pandemia sob o enlace da fraternidade*. Editora Ascens.

- Silva, J. S., da Silva, M. D. N. L., & de Souza, F. M. A. (2019). Domínio da inteligência emocional no processo de liderança. *Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação*, 4(2), 72-98.
- Soares, A. C. N., & da Silva Lima, M. R. (2020). Serviços de delivery alimentício e suas precauções em tempos da pandemia de SARS-COV-2 (Covid-19). *Brazilian Journal of Health Review*, 3(3), 4217-4226. <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-025>.
- Sousa, A. R. D., Queiroz, A. M., Florêncio, R. M. S., Alves, G. V., Pedreira, L. C., & Teixeira, E. (2021). Sentidos e significados atribuídos por homens ao vivido na pandemia da Covid-19. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 55. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020046403763>.
- Sousa, J. C., & Dos Santos, A. C. B. (2017). A psicodinâmica do trabalho nas fases do capitalismo: análise comparativa do taylorismo-fordismo e do toyotismo nos contextos do capitalismo burocrático e do capitalismo flexível. *Revista Ciências Administrativas*, 23 (1), 186-216.887.
- Souza, D. S. M. D. (2021). *Mulheres que comandam: microempreendedorismo feminino e o apoio do estado* (Bachelor's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Schwarz, A. (2021). A pandemia e a ruína do sonho de um mundo de garantias. *Anais Seminário de Filosofia e Sociedade*, 4(1), 42-46.
- Schweitzer, L. (2017). Os sentidos do trabalho para trabalhadoras informais em situação de rua. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Psicologia—Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180441>.
- Tavares, M. A. (2018). O empreendedorismo á luz da tradição marxista. *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 16(41), 107-121. <https://doi.org/10.12957/rep.2018.36687>.

- Tolfo, S. D. R., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade, 19*, 38-46.
- Torres, T. D. L., Bendassolli, P. F., Lima, F. C., Paulino, D. D. S., & Fernandes, A. P. F. (2018). Representações sociais do trabalho informal para trabalhadores por conta própria. *Revista Subjetividades, 18*(3), 26-38. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v18i2.6885>.
- Torrico, G., Nunes, M. F. O.; & Cruz, R. M. (2022). Percepção de empregabilidade de trabalhadores em condições incertas do mercado de trabalho. *Revista Gestão Organizacional, 15*(1), 150-166. <https://doi.org/10.22277/rgo.v15i1.6616>.
- Trindade, J. R. B., & Fiel, E. U. (2019). Emprego, renda e informalidade: um estudo da feira da cidade em ananindeua (PA). *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, 8* (1), 108-130. <https://doi.org/10.21680/2316-5235.2019v8n1ID20339>
- Vasconcelos, Y. L. (2021). O mundo do trabalho pós-pandemia. *Revista Espaço Acadêmico, 20*, 03-12.
- Veloso, R. R., Santana, A. G., Rodrigues, G. F., Lacerda, J. P. C., Amorim, I. C. S., de Lima, G. E., & Shinohara, N. K. S. (2022). Uso de embalagens associadas às práticas de consumo alimentar na pandemia SARS-CoV-2. *Research, Society and Development, 11*(3).
- Viana, H. P. (2021). Revisão crítica da literatura sobre as escalas de satisfação no trabalho no contexto do trabalho remoto. Osasco. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Paulista de Política, Economia e Negócios – EPPEN. Universidade Federal de São Paulo
- Vigotski, L. S. (1993). *Pensamiento e lenguaje*. <http://abacoenred.com/wp-content/uploads/2015/10/Pensamiento-y-Lenguaje-Vigotsky-Lev.pdf>.
- Vitali, M. M., Cavaler, C. M., Soratto, J., & Castro, A. (2020). “O mercado de trabalho é muito

cruel”: representações sociais de mulheres em sofrimento psíquico. *Barbarói*, 44-64. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.15256>.

Weymer, A. S. Q., & Maciel, C. D. O. (2014). A influência da sobrequalificação e da aprendizagem sobre a satisfação do indivíduo no trabalho. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 16 (50), 96. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v16i50.1639>.

Zorzo, F. A., & Sousa, V. A. (2021). Precariado contemporâneo: notas sobre a (re) produção da cultura do trabalho informal no corre. Disponível em <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132343.pdf>

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Questionário Sociodemográfico

Com o objetivo de conhecer algo mais acerca dos participantes do estudo, pedimos que responda as perguntas a seguir. Lembramos que não pretendemos identificá-lo (a).

1. Idade: ___anos

2. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Estado civil:

() Solteiro(a)

() Noivo(a)

() Casado/convivente

() Divorciado(a)

() Viúvo(a)

4. Escolaridade:

() Sem escolaridade

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio completo

() Ensino médio incompleto

() Pós-Graduação

() Superior completo

() Superior incompleto

5. Proprietário ou dono do negócio? _____

6. Qual é a sua participação na renda familiar? _____

7. Já teve experiência com o trabalho formal? Em caso afirmativo, foi no ramo alimentício?

APÊNDICE 2**Técnica da Associação Livre de Palavras**

Cite as primeiras palavras que você pensa diante das expressões seguinte:

Sentidos do Trabalho

Satisfação no Trabalho

APÊNDICE 3

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

- 1- Como se deu a sua entrada no comércio de comidas de rua?
- 2- Sobre as suas experiências de trabalho anteriores a esta, como aconteceram? Alguma experiência se deu por via do trabalho formal? Em caso afirmativo, foi no ramo alimentício? Caso tenha a experiência, contextualize ambas realidades de trabalho.
- 3- Você percebeu alguma mudança no seu trabalho após a pandemia? Quais? (Quais mudanças dizem respeito ao ambiente de trabalho? E na interação entre as pessoas que dividem esse espaço tanto para o comércio quanto para o consumo?)
- 4- O que você sente e pensa em relação ao seu trabalho?
- 5- O seu modo de sentir e pensar sobre o seu trabalho hoje difere em algo se comparado ao momento do início da pandemia?
- 6- Considerando suas vivências/experiências, qual a sua compreensão a respeito de seu trabalho em sua vida?
- 7- O que você compreende por satisfação no trabalho?
- 8- Na sua vivência do trabalho você experencia esta satisfação? De que maneira?
- 9- Sobre metas e objetivos que você tenha traçado a partir do seu trabalho, o quanto você se sente próximo de alcança-los?
- 10- Caso o seu trabalho falasse, o que ele lhe diria?

APÊNDICE 4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO
PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Av.

São Sebastião, 2819, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Parnaíba,

Piauí, Brasil

CEP: 64202-020; Telefone: +55 86 3323-5125; Website: www.ufpi.br/ufdpar

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa denominada “Os sentidos do trabalho e a satisfação de trabalhadores informais: um estudo com vendedores de comidas de rua no contexto pandêmico de Parnaíba-PI”. Esta pesquisa está sob a responsabilidade das pesquisadoras Pollyanna Nathércia de Vasconcelos Rodrigues (aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Matrícula: 20211003044) e Profa. Dra. Raquel Pereira Belo e tem como objetivo identificar os sentidos atribuídos ao trabalho de trabalhadores informais do setor alimentício, e a sua interlocução com a satisfação no fazer cotidiano no contexto pandêmico de Parnaíba-PI. Esta pesquisa tem por finalidade compreender por meio de uma análise psicossocial, que os sentidos do trabalho enquanto o núcleo das vivências adquiridas ao longo do processo de socialização, mediam a relação do indivíduo com a sua atividade laboral, sem desconsiderar o contexto no qual está inserido; atentando-se ainda para a dinamicidade dos sentidos laborais através das trocas entre o trabalho e o trabalhador como fatores que influenciam diretamente na satisfação. E segue os princípios e diretrizes estabelecidos no item IV.3.a da Resolução CNS N° 466/2012).

Para a realização dessa pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante ao aceite virtual, que visa assegurar seus direitos como participante. Sua participação é voluntária, sem custos ao (à) senhor(a), e se dará por meio de uma entrevista semiestruturada acompanhada de

um questionário sociodemográfico, deixando claro o caráter sigiloso das informações, e possibilidade de desistência a qualquer momento, além da Técnica de Associação Livre de Palavras- TALP, contendo duas palavras-chave para a compreensão da temática. Vale ressaltar que a entrevista acontecerá por meio remoto (*Google Meet*), o tempo estimado para participação da pesquisa será de no máximo 60 minutos, através do seu próprio aparelho tecnológico – celular, notebook, tablet.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, esclarecemos que os riscos dessa pesquisa são um possível incômodo por refletir sobre aspectos pessoais do seu trabalho, além do próprio tempo dispensado em frente a uma tela. Para minimizar tais danos, o(a) senhor (a) não será submetido a mais tempo do que o necessário para a realização da entrevista, e poderá discorrer livremente sobre o que lhe surgir como necessidade de fala.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, contribuirá para terá como benefício o conhecimento das necessidades e dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores de sua categoria ocupacional, podendo estes conhecimentos serem utilizados para lhes promover melhorias e visibilidade. Contudo, pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento), podendo desistir de participar em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a), conforme preconiza a Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.d)

Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável (Resolução CNS Nº 466/2012 - item IV.3.e). Também lhe será assegurado(a) o direito de assistência gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário (Resolução CNS Nº 466/2012 - Itens II.3.1 e II.3.2). Caso haja algum dano direto/indireto decorrente de sua participação, não sanado pelos responsáveis, o senhor(a) poderá buscar indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil (Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.h, IV.4.c e V.7).

Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, o senhor(a) pode esclarecê-las com a pesquisadora responsável Pollyanna Nathércia de Vasconcelos Rodrigues pelo telefone/celular (86) 9 88179357 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail pollythercia@gmail.com, ou com a pesquisadora responsável Raquel Pereira Belo pelo e-mail rbelo@ufpi.edu.br. Caso preferira, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Caso as dúvidas persistam, o senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de

Ética em Pesquisa da UFDPAr (CEP/UFDPAr), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Sala II do Bloco 03, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala, do Campus Universitário Ministro Reis Velloso da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, localizado à Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI, com atendimento ao público/pesquisadores de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h. E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, confirmando aqui o aceite.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu:

- () Não autorizo a captação de voz por meio de gravação ou filmagem
- () Autorizo apenas a captação de voz por meio de gravação